

Ata da 203ª Reunião Ordinária do  
CES - Conselho Estadual de Saúde

1  
2  
3  
4  
5 Aos catorze dias do mês de novembro de dois mil e treze, no Salão Piatã do Hotel Sol Bahia, localizado  
6 na Rua Manoel Antônio Galvão – Patamares, com as presenças dos senhores membros do Conselho  
7 Estadual da Saúde: Jorge José Santos Pereira Solla (Presidente), Augusto Di Tullio Santos Reis, Beatrix  
8 Kunz, Déborah Dourado Lopes, Doraídes Alves Nunes Almeida, Isadora Oliveira Maia, José Pondé  
9 Júnior, José Silvino Gonçalves dos Santos, Lílian Fátima Barbosa Marinho, Luis Delfino Mota Lopes,  
10 Marcos Antônio Almeida Sampaio, Maria Luíza Costa Câmera, Moysés Longuinho Toniolo de Souza -  
11 Secretário Geral (Conselheiros Titulares). André Fernando Wermann, Carlos Alberto Seixas Rio, Célia  
12 Maria Alexandria de Oliveira, Ferdinando Caprini, Jair Alves dos Santos, Jorge Geraldo de Jesus Rosário,  
13 Josuéilton de Jesus Santos, Juliane Passos Avena, Maria Cristina de Camargo Fonseca, Maria do Carmo  
14 Brito de Morais, Maria Helena Ramos Belos, Washington Luis Silva Couto (Conselheiros Suplentes) e a  
15 Sra. Elisabete Lima de Morais – Coordenadora Executiva do CES, para a reunião do CES/BA. Às 10:00h  
16 o Senhor Secretário Geral informou que não havia quorum, portanto, não poderia dar início à reunião,  
17 mas, já estava em contato com alguns conselheiros, a fim de que os mesmos certificassem de que estariam  
18 presentes para que pudesse haver quorum deliberativo. “Se até o momento regimental da segunda  
19 chamada não tivermos quorum suficiente teremos que deliberar como fica a reunião de hoje do Conselho  
20 Estadual de Saúde. Iremos aguardar mais 10 minutos e daremos prosseguimento.” Informou que estava  
21 ocorrendo alguns eventos na cidade, como a comemoração dos 30 anos da Central Única dos  
22 Trabalhadores – CUT; Havia um evento também sobre o Dia Mundial do Diabetes que envolvia também  
23 alguns conselheiros estaduais da saúde, e por conta de tantas agendas a participação dos conselheiros no  
24 início da reunião ficava prejudicada. Às 10:15h o Senhor Secretário Geral deu início à sessão saudando a  
25 todos os presentes e informando que até àquele momento não havia quorum. Destacou que seria dado  
26 início à reunião com as pautas não deliberativas, com pronunciamento e informes, e na medida em que os  
27 conselheiros fossem chegando até completar o quorum poderiam, então, passar a ser uma plenária  
28 deliberativa do CES. Passou a palavra para que os conselheiros fizessem os pronunciamentos sobre o  
29 encaminhamento da reunião. O conselheiro Jorge Geraldo de Jesus Rosário saudou a todos e informou  
30 que participou como representante da UGT/Bahia de um trabalho social junto às atividades, inclusive  
31 voluntários. “Estou fazendo essa referência, porque acredito que se faz necessário essa exposição, mesmo  
32 porque estávamos representando o Conselho Estadual de Saúde.” Solicitou que fosse inserida na pauta  
33 uma palestra do Dr. Modesto Jacobino sobre a Saúde do Homem, onde esteve num evento em Brasília na  
34 semana anterior e o Ministério da Saúde inclusive, tem um programa para a Saúde do Homem, onde se  
35 tem a prevenção do câncer de próstata. O Senhor Secretário Geral lembrou aos conselheiros que naquele  
36 exato momento estava pedindo pronunciamento sobre o encaminhamento da Mesa Diretora referente ao  
37 seguimento da reunião, abrindo primeiro as pautas que não eram deliberativas. “Ainda não chegamos ao  
38 momento dos informes”. Houve o consenso de todos os conselheiros presentes e o Senhor Secretário  
39 Geral colocou em discussão e aprovação a ata da 202ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde  
40 que inclusive, havia sido previamente enviada por e-mail a todos os conselheiros. Solicitou que se algum  
41 conselheiro tivesse alguma sugestão ou adendo para fazer, que se pronunciasse naquele momento.  
42 Lembrou que a ata ainda não poderia ser aprovada por falta de quorum, e perguntou se existia alguma  
43 correção a ser feita posteriormente. Informou que havia uma conselheira que tomaria posse naquele dia,  
44 mas existia a correção do nome. O conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio comunicou que havia  
45 uma correção a ser feita na linha 374: onde se lê Antônio Marcos Almeida Sampaio, leia-se Marcos  
46 Antônio Almeida Sampaio. O Senhor Secretário Geral colocou que não poderiam aprovar a ata por  
47 deliberação. Passou a palavra para que os conselheiros fizessem os informes das suas entidades  
48 lembrando que regimentalmente seriam 03 minutos de exposição por conselheiro e havia apenas 10  
49 inscrições para aquele momento, completando os 30 minutos regimentais para informes. “As pessoas que  
50 não fizerem informes nesse momento, só poderão pedir a palavra para proferir algum tipo de informe no  
51 momento do *o que ocorrer* ao final da reunião para não interromper a discussão da pauta.” A conselheira  
52 Célia Maria Alexandria de Oliveira saudou a todos os presentes, registrando as presenças dos estudantes  
53 do Curso de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia – UFBA, 8º semestre, cursando a disciplina  
54 de Gestão dos Serviços e Sistema de Saúde, bem como os docentes presentes: Melissa Almeida, Tássia  
55 Lacerda e Maria Auxiliadora Soares. “É um grande prazer tê-los conosco nessa reunião.” Informou que  
56 representava o SINDPREV/Ba, o Sindicato dos Trabalhadores da Previdência, Saúde e do Trabalho, e no  
57 dia 28/10/2013 é a data comemorativa desses trabalhadores do serviço público. “Embora não tivéssemos  
58 muito que comemorar, porque enquanto categoria, temos muitos problemas a serem ainda resolvidos do  
59 ponto de vista político, ainda assim o nosso sindicato fez uma festa belíssima. Lembro que o comandante  
60 Marcos dizia no momento da guerrilha que ele queria fazer uma festa com a caça obtida no dia, e

61 perguntavam para ele: estamos em guerra, brigando tanto e temos o que comemorar? E ele dizia: sempre  
62 se tem o que comemorar. Então, o SINDPREV comemorou no dia 28 com uma festa para 2 mil pessoas,  
63 uma festa com um caráter diferenciado, queríamos estar presentes e contentes naquele dia, portanto, do  
64 ponto de vista político as muitas derrotas da categoria não cabiam ali no momento. Informou ainda que no  
65 dia 31/10/2013 em comemoração à semana dos servidores públicos, houve a palestra da Prevenção do  
66 Câncer de Mama e Próstata “Sob um Novo Olhar” em parceria com a CUT/Ba, sendo lançada também a  
67 “Campanha Rosa Azul” levando a discussão sobre a prevenção e os vários fatores que levam homens e  
68 mulheres a adquirirem essa enfermidade. Ainda no dia 31/10/2013 foi o início do ciclo de reuniões para a  
69 implantação da mesa de negociação permanente do Sistema Único de Saúde (SUS/Ba) na Secretaria da  
70 Saúde do Estado da Bahia (SESAB) com as representações do Ministério da Saúde, Departamento  
71 Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), gestores, entidades sindicais.  
72 Informou também que no dia 19/11/2013 as entidades sindicais se reuniram no SINDPREV/Ba para  
73 escolha da sua representação sindical na mesa. A conselheira Maria Cristina de Camargo Fonseca  
74 informou que no dia 11/11/2013 o grupo de trabalho da Universidade Estadual de Feira de Santana  
75 (UEFS) junto com outros trabalhadores, havia se debruçado sobre as questões do modelo de gestão do  
76 Hospital Clériston Andrade. Destacou que era um movimento que o CES vinha acompanhando que teve a  
77 participação de diversos trabalhadores do Hospital Clériston Andrade e havia ficado muito claro que não  
78 existia naquele momento como a UEFS estar assumindo uma gestão compartilhada com o referido  
79 hospital. “Na realidade, para que ele se tornasse um hospital universitário, ele deveria passar por um  
80 processo de federalização, que era lento e envolvia muito tempo.” Destacou ainda que a certificação para  
81 o hospital de ensino já existia, estava a caminho, portanto, iriam aguardar e ver de que forma poderia estar  
82 melhorando no sentido de residências, tanto de medicina, enfermagem e outros cursos que a universidade  
83 tinha e poderia estar apoiando. Informou também que na semana anterior havia ocorrido a reunião da  
84 Comissão Intergestores Regionais (CIR), onde esteve presente enquanto universidade, e havia sido  
85 realizado naquele momento para aquela comissão uma apresentação do Clériston Andrade sobre alguns  
86 fluxos que estavam sendo tomados pelo hospital para discutir junto com os secretários de saúde daquela  
87 região para melhorar o fluxo da urgência e emergência que era a característica daquele hospital.  
88 Mencionou que naquela data também, a superintendente da Superintendência de Atenção Integral à Saúde  
89 (SAIS), Gisélia Santana, colocou que no momento não iria ser realizada a publicização do hospital,  
90 portanto, ele deveria permanecer com essa gestão atual, do Dr. Pitangueiras, então, que os trabalhadores  
91 de saúde ficassem mais tranquilos com o momento de recondução. “Devemos fazer essa apresentação  
92 ainda no Conselho Departamental da Universidade de Feira de Santana, e depois em outros fóruns  
93 abertos. Provavelmente iremos solicitar aqui neste Conselho a apresentação dos encaminhamentos.” A  
94 conselheira Isadora Oliveira Maia informou que em todo o mês de novembro em todo o Brasil estaria  
95 tendo as eleições das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES). “É importante, porque na  
96 APAE também regula SUS. É uma instituição parceira e o Teste do Pezinho é feito em todos os hospitais,  
97 mas, o laboratório APAE é quem realmente dá todo o diagnóstico.” Comunicou que ocorreu do dia 29/10  
98 a 01/11/2013 a reunião de coordenadores de plenárias, bem como o Movimento Saúde + 10 e o Encontro  
99 de Educação Permanente para Conselheiros. “É algo muito importante e uma das deliberações é que no  
100 Conselho Nacional de Saúde hoje o coordenador de plenárias é o coordenador do Programa de Inclusão  
101 Digital – PID e continua acompanhando como coordenação aos municípios, e terá que ter a existência  
102 inicialmente dos grupos de trabalho depois de uma comissão em educação permanente para conselheiros.  
103 Hoje você tem outros parceiros como o Mobiliza SUS, mas terá que ter essa comissão hoje, e o estado da  
104 Bahia está bastante atrás, porque outros estados já têm sua comissão, já fez o Fórum de Educação  
105 Permanente, e precisamos urgentemente no CES reativar a comissão de acompanhamento aos municípios.  
106 Precisamos ter data para que essa comissão realmente se efetive, porque têm várias deliberações dentro  
107 do Conselho Estadual hoje em que os municípios solicitam e a comissão não está atuando.” O conselheiro  
108 Marcos Antônio Almeida Sampaio informou que estaria sendo realizada a Conferência Municipal de  
109 Salvador, onde seria discutida a atenção básica como compromisso de todos, e estava prevista para  
110 acontecer nos dias 26, 27 e 28/11/2013, ainda não tinha o local definido por conta da morosidade do  
111 processo de licitação feito pela Secretaria Municipal. “Convidamos alguns conselheiros estaduais para  
112 participarem de alguns atos, contamos com a presença pequena dos referidos conselheiros e esperamos  
113 que na conferência possamos contar com a maioria.” Colocou que novembro era o mês da Consciência  
114 Negra e deveria ser o mês do novembro negro e transformou-se no novembro azul fazendo referência a  
115 uma doença, como o câncer de próstata. Sabia da importância do exame de próstata, mas, a população  
116 negra também era importante, entendia que era um processo de invisibilidade a questão da saúde da  
117 população negra, inclusão das pessoas. “Nós que somos dos segmentos das questões raciais não  
118 concordamos que seja o novembro seja azul, e sim o novembro negro e queremos que a SESAB nos  
119 disponibilize qual a agenda que a mesma está fazendo a respeito do novembro negro, da consciência  
120 negra e da população negra. Sabemos da história que essa população vem sofrendo e precisamos tratar os

121 diferentes como diferentes, até chegar à igualdade.” Solicitou que o CES se pronunciasse acerca da  
122 referida agenda, pois se precisava fazer uma reflexão no modelo de saúde a partir daquelas datas. “Hoje é  
123 o Dia Mundial do Diabetes e se deveria discutir as pessoas que têm a doença, mas não, ainda nos focamos  
124 na doença: o dia do diabetes, o dia do câncer de mama, dia do câncer de próstata. Precisamos mudar esse  
125 conceito de olhar as pessoas a partir da doença.” O Senhor Secretário Geral informou que havia  
126 encaminhado os informes por e-mail como havia sido pactuado, mas, pelo jeito não havia chegado à  
127 Secretaria, então não se encontrava nos informes da reunião. Comunicou que nos dias 21 e 22/10/2013,  
128 através de parceria com o Centro de Referência em Diagnóstico Assistência e Prevenção (CEDAP) um  
129 curso intitulado de formação de novas lideranças para a questão do Controle Social em HIV/AIDS. “Uma  
130 parceria muito boa, não só do CEDAP como o Mobiliza SUS e a própria Rede Nacional de Pessoas  
131 Vivendo com HIV/AIDS. Foi um curso que como palestrante pude aplicar uma metodologia de formação,  
132 de mobilização para lideranças e foi muito produtivo.” Comunicou ainda que nos dias 24 e 25/10/2013  
133 houve a 5ª reunião do Colegiado do Movimento de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS da Bahia, reunindo  
134 não só a Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS como representantes do Movimento  
135 Nacional Cidadãos Positivas e da Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/AIDS, a  
136 representação estadual na Bahia que se conseguiu configurar. “Foi o momento em que discutimos o  
137 decreto 7508, a portaria 1378, a portaria 001 que institui a organização dos serviços de DST/AIDS, um  
138 momento muito produtivo em que pudemos, de certa forma, discutir as atuais normativas que existem no  
139 SUS e que afetam a política de DST/AIDS.” Destacou que pretendia mostrar algumas fotos no *o que*  
140 *ocorrer*, em comemoração ao dia 28/10, onde ele e as pessoas da Rede Nacional de Pessoas Vivendo com  
141 HIV/AIDS que faziam parte de um grupo de dança, de contato e improvisação dentro do CEDAP fizeram  
142 o dia do abraço aos servidores públicos daquela unidade. “Foi uma atividade muito significativa, muito  
143 boa a resposta de todos os servidores, abraçamos desde a diretoria até aquele servidor que limpa o nosso  
144 banheiro todos os dias, sabe que precisa ser valorizado. Foi um momento muito legal para todos nós  
145 daquela unidade. Informou que do dia 07 a 10/11/2013 houve o 17º Encontro Nacional de ONGS/AIDS  
146 do Brasil em Salvador/Ba.” O conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos informou que o GT Saúde e  
147 Educação havia se reunido no dia 08/11/2013 no Instituto Anísio Teixeira (IAT), onde foi traçada algumas  
148 metas para desenvolver o programa de saúde dentro da escola. Portanto, saiu a proposta onde falava sobre  
149 reunir alguns municípios, e a Secretaria de Saúde e a Secretaria da Educação, juntamente com o Conselho  
150 da sua representação fez alguns encaminhamentos de proposta para a implementação da saúde nas  
151 escolas. Informou ainda que o Ministério da Saúde havia encaminhado uma proposta de um projeto de  
152 enfrentamento da tuberculose com a cidade de Salvador, onde foi construído um projeto, e neste foi  
153 priorizada a população fragilizada que em Salvador irá se desencadear como proposta no Subúrbio com a  
154 população de rua. Colocou que foi encaminhado que se deveria fazer o enfrentamento à tuberculose  
155 dentro do Sistema Prisional. “Construímos esse projeto e devolvemos para o Ministério da Saúde, que  
156 dentro do Sistema Carcerário, essa população vitimada dessa violência dos serviços, e sabemos, pois  
157 convivendo lá toda semana percebemos que é uma situação muito séria a ser tratada dentro do Sistema  
158 Prisional. As pessoas que têm o vírus da tuberculose convivem em grupos grandes, e podem  
159 tranquilamente passar esses vírus para essas pessoas, bem como para os familiares que fazem as visitas e  
160 têm contato com eles. Então, é uma questão que pensamos em primeiro criar uma porta de entrada para  
161 que todas as pessoas que forem até o presídio, que cumpram pena, passe primeiro por essa porta de  
162 entrada a fim de fazer o diagnóstico da doença, com o objetivo de tentar inibi-la logo na entrada.” A  
163 conselheira Célia Maria Alexandria de Oliveira informou que no dia 08/11/2013 havia participado do  
164 Seminário do Ministério Público do Estado da Bahia sobre a Saúde Mental, “Os Desafios da Saúde  
165 Mental no Estado da Bahia tendo como objetivo garantir a dignidade, a consciência social e o  
166 empoderamento do cidadão com deficiência ou transtorno mental, tornando-o protagonista na defesa dos  
167 seus direitos como usuários e usuárias dos serviços públicos de saúde.” Mencionou que esteve  
168 representando o Conselho Estadual de Saúde, bem como o Movimento Mobiliza Raps, que é um  
169 movimento em defesa da Rede de Atenção Psicossocial que faz uma militância conjunta com usuários e  
170 usuárias da saúde mental. “Naquela ocasião apresentamos uma carta aberta sobre a saúde mental que  
171 queremos, entregamos a todos os procuradores, estamos também entregando aqui a todos os conselheiros  
172 e conselheiras, e isso já é resultado dessa militância com o trabalho todo feito ouvindo os usuários e  
173 usuárias dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) de Salvador.” Comunicou que no dia 13/11/2013  
174 no Auditório da SESAB, através da Área Técnica de Saúde Mental havia participado da Devolutiva do Iº  
175 Encontro Baiano de Saúde Mental Infante-Juvenil que foi realizado ano passado no mês de novembro.  
176 Informou que teve participação na mesa de abertura a representante do Ministério da Saúde, Mariana  
177 Schorner, a coordenadora de Saúde Mental da SESAB, Liliane, e o representante do Ministério Público,  
178 promotor da infância e adolescência, Carlos Marteus. “Entre outras questões que não podemos aqui  
179 aprofundar, mas convidamos aos que quiserem participar, que a cada 15 dias nos reunimos no Instituto de  
180 Saúde Coletiva (ISC) da UFBA, onde estamos aprofundando toda uma discussão e militância em defesa

181 das pessoas com sofrimento psíquico, e na próxima terça-feira já teremos outra reunião.” Mencionou que  
182 na Devolutiva da SESAB fez um encaminhamento para que fosse criado um fórum permanente de  
183 discussão dentro da SESAB. “Foram dois eventos da maior importância, e ficamos extremamente  
184 satisfeitos, porque começamos a tirar a discussão da saúde mental, que até então, sempre dizemos que a  
185 saúde mental não fica nas portas dos fundos da saúde, mas, no subterrâneo da saúde, e começamos a dar  
186 toda uma visibilidade ao movimento. Aproveito o momento para entregar ao Secretário de Saúde, Dr.  
187 Jorge Solla que não está aqui, não sei se Washington vai receber, para que o Secretário tome  
188 conhecimento dessa carta que é a voz, inclusive dos usuários e usuárias da Bahia com problemas de saúde  
189 mental.” O conselheiro Luís Delfino Mota Lopes solicitou a viabilização pela Secretaria, pois todo o final  
190 de ano quando se encerrava os trabalhos da Secretaria, existia uma dificuldade de pagamento aos  
191 prestadores. “Não entendo muito bem de contabilidade, mas, geralmente atrasa as custas do orçamento do  
192 final de ano, e várias vezes foram antecipados esses pagamentos. Acarreta que o trabalhador lá na ponta  
193 vai receber atrasado, bem como o prestador, o que gera uma cadeia de atrasos logo no final do ano.  
194 Washington está aqui presente, e peço que ele junto ao Fundo Estadual de Saúde da Bahia (FESBA) veja  
195 o que pode ser feito com antecipação do pagamento para que os prestadores não venham sofrer neste final  
196 de ano.” Comunicou que foi articulado em alguma reunião do CES um certificado a ser distribuído, já  
197 estavam prontos os certificados, e inclusive alguns conselheiros que pensava que deveriam ser  
198 homenageados, que já passou pelo CES, fez história junto ao mesmo, pensava que era o momento de  
199 prestigiá-los, pois se tratava de um certificado de participação daquele fórum de maior relevância no setor  
200 da saúde. Propôs então, que na última reunião do ano, já ficasse agendado para logo após o evento, uma  
201 confraternização com a entrega dos referidos certificados, e pontuar também algumas coisas sobre a  
202 atuação do CES durante esse período. “É muito bom para mostrarmos como foi nossa atividade, como  
203 procedemos, qual a importância no Controle Social, trazer para dentro do CES as demandas, os  
204 problemas. “O colega de Itabuna não está presente, mas sempre trouxe as demandas do município e está  
205 sempre nesse Conselho levantando questões de alta relevância para a saúde.” Salientou que era o  
206 momento de se trabalhar, mas, com a chegada do final do ano, também era o momento de confraternizar.  
207 “Faça essa proposta, e peço que convide pessoas de fora que já passaram neste Conselho, para que  
208 também sejam prestigiadas com esse reconhecimento pelo trabalho aqui no CES.” O Senhor Secretário  
209 Geral informou que houve nove inscrições, faltando uma para o momento de informes, passaria então  
210 para a posse dos conselheiros, informando que por conta de um comunicado via Secretaria Executiva do  
211 Conselho encaminhado pelo Centro de Estudo, Prevenção e Apoio aos Portadores de LER/DORT  
212 (CEAPLER), uma das entidades que compõe o CES, houve uma contestação ao processo de eleição dos  
213 segmentos que faltavam ser eleitos no CES devidamente. Ressaltou que por conta daquela manifestação  
214 ao Ministério Público Estadual, o CES já recebeu do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde  
215 (CESAU), em nome do Dr. Rogério Luís Gomes de Queiroz uma notificação. “O ofício da CEAPLER é  
216 endereçado ao presidente deste Conselho Estadual de Saúde, Dr. Jorge Solla, e a CESAU endereça o  
217 ofício remetido para o Sr. Francisco José Sousa e Silva que é o vice-presidente do CES/Ba, que foi a  
218 pessoa que impetrou o pedido no Ministério Público Estadual. Por conta disso gostaria que a conselheira  
219 Isadora nos ajudasse, e foi feita uma consulta sobre a perspectiva jurídica da posse ou não desses  
220 conselheiros que, conforme o processo que estava estabelecido seguimos regimentalmente. Reunião  
221 passada tomamos deliberações que ajudaram no processo e já estamos com os conselheiros hoje para  
222 tomar posse como deve, mas, só para que haja explicação de que isso não interrompe em nada o nosso  
223 processo de posse deles.” A conselheira Isadora Oliveira Maia colocou que seria breve, até porque já  
224 havia discutido o assunto em outras reuniões. “Mesmo tendo uma notificação do Ministério Público, este  
225 já judicializou, não é? O Ministério Público não se pronunciou ainda, nem o juiz, digamos, para ter uma  
226 liminar suspendendo qualquer eleição, qualquer posse ou algo parecido, nem o Ministério Público  
227 chamou para fazer um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) ou outras deliberações. É apenas um  
228 ingresso de um primeiro pedido e os conselheiros têm que tomar posse hoje, tendo em vista que o pleno  
229 deliberou na última reunião que seria eleita uma comissão para avaliar a documentação dessas três  
230 entidades que foram propostas por mim, Ricardo e mais três conselheiros, e eles estavam *ok*, desde agosto  
231 havia essa solicitação, mesmo dizendo que não passou pelo pleno a data da eleição não haveria esse tipo  
232 de questionamento, o questionamento foi muito posterior. Eles têm que tomar posse, pois este Conselho  
233 não pode ficar mais uma vez fragilizado, sem três entidades que já estão aqui há três meses para tentar  
234 estar em seu lugar.” Mencionou que com isso o Ministério Público iria se pronunciar posteriormente, dar  
235 o parecer e o Conselho iria se adequar. Portanto, se houvesse alguma irregularidade descoberta pelo  
236 Ministério Público ou pelo judiciário, isso seria revisto, mas deixar de tomar posse não existe, devido ao  
237 pleno ter tomado a deliberação de ter feito uma comissão eleitoral devidamente constituída, estava na  
238 última ata do CES e encaminhava a necessidade da eleição daquelas três entidades. O Senhor Secretário  
239 Geral mencionou que enquanto o Ministério Público Estadual já passava a avaliar todo o processo, pois  
240 provavelmente iria solicitar documentos ao Conselho Estadual de Saúde, no entanto, gostaria de conduzir

241 para a parte do *o que ocorrer*, pois iria se deliberar uma comissão interna do CES para que se pudesse já  
242 fazer um posicionamento do Conselho ao Ministério Público, visto que foram notificados. Convidou para  
243 tomar posse o Sr. José Silvino Gonçalves dos Santos para compor o Conselho Estadual de Saúde como  
244 representante titular do Fórum de Combate à Violência. Convidou o Sr. Ferdinando Caprini para tomar  
245 posse, mas o mesmo não estava presente, pois estava celebrando uma missa no Leprosário Municipal.  
246 Convidou o Sr. Marcos Antônio Almeida Sampaio para compor o CES/Ba como representante titular do  
247 Entidades do Movimento Anti-racista, através do Instituto Kutala'Nleeke. O conselheiro Marcos Antônio  
248 Almeida Sampaio explicou que o nome Kutala'Nleeke significava “Olhar de Juventude”. O Senhor  
249 Secretário Geral justificou a ausência da Sra. Neila Tiara Santos Soledade que também tomaria posse  
250 naquele dia como suplente das Entidades do Movimento Anti-racista, alegando que a mesma estava em  
251 um compromisso na faculdade. Convidou também a Sra. Lílian Fátima Barbosa Marinho para compor o  
252 Conselho Estadual de Saúde - CES, como representante Titular do Fórum de Mulheres Organizadas em  
253 Saúde, através da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos –  
254 Regional Bahia. A conselheira Lílian Fátima Barbosa Marinho colocou que já havia integrado o CES há  
255 algum tempo no segmento de gestores, pois representava o Ministério da Saúde. “Hoje retorno a este  
256 Conselho depois de muito tempo no segmento dos usuários, que participo e dedico décadas da minha vida  
257 ao segmento do Movimento de Mulheres.” Comentou que havia integrado até março de 2013 a Comissão  
258 Intersetorial de Saúde da Mulher que era assessora do Conselho Nacional de Saúde também  
259 representando aquela rede. “Queria lembrar sem dúvida nenhuma nesse momento do dia do Diabetes que  
260 já foi falado, mas da morte de três tupinambás que tem sido noticiada pela imprensa, no sentido de que  
261 esta é uma morte evitável, na medida em que os conflitos sejam resolvidos as mortes poderão ser  
262 plenamente evitáveis, por isso faço esse justo registro. O mês de novembro para nós do Movimento  
263 Social é o mês da Consciência Negra, e Marcos falou muito bem, não vou me detalhar. É também o mês  
264 dos 16 Dias de Ativismo da Violência Contra a Mulher que vai até o dia primeiro de dezembro que  
265 também é uma data de um simbolismo muito importante que é a questão da AIDS. Iria fazer  
266 considerações sobre o Novembro Azul, mas faço minhas as palavras de Marcos, porque precisamos ter  
267 cuidado com tantas cores, senão faltará cor para celebrarmos nossas datas.” Colocou que referente ao  
268 Outubro Rosa, esteve no CES na última sessão e não pôde tomar posse por conta de tantas coisas, mas,  
269 ouviu atentamente e leu atentamente a ata, vendo vários pronunciamentos sobre o Outubro Rosa. E para  
270 dialogar com os vários pronunciamentos e toda a movimentação que houve do Outubro Rosa, inclusive  
271 apropriada pelo setor comercial, tinha uma carta para ler para o CES. “*Carta das lideranças do*  
272 *Movimento Organizado de Mulheres: Nenhuma mulher deve morrer de câncer sem diagnóstico e*  
273 *tratamento. As mulheres de 15 estados brasileiros reunidas em Oficina Nacional de Lideranças, realizada*  
274 *do dia 23 a 25 de outubro desse ano no Rio de Janeiro a convite do Instituto Nacional de Câncer (INCA)*  
275 *e da Rede Nacional Feminista, vimos reafirmar nosso compromisso com o direito das mulheres à saúde e*  
276 *à vida. Apesar da histórica luta pela garantia da atenção integral à saúde surgem a cada ano 52 mil*  
277 *novos casos de câncer de mama e 17 mil casos de câncer de colo de útero no Brasil. Uma tragédia*  
278 *anunciada, pois a cada ano 17 mil mulheres perdem a vida em função desses dois tipos de câncer. Essa é*  
279 *uma tragédia que pretendemos evitar criando novas perspectivas às mulheres brasileiras. As dificuldades*  
280 *de acesso à informação, prevenção, diagnóstico, tratamento e cuidados paliativos levam à persistência*  
281 *de mitos relacionados à doença e a crença de que câncer é sinônimo de morte. Infelizmente para muitas*  
282 *mulheres, essa é uma cruel realidade que desejamos mudar. A nossa disposição como ativistas*  
283 *organizadas pauta-se pela defesa dos interesses das mulheres e da população brasileira acima dos*  
284 *interesses mercadológicos que envolvem algumas iniciativas relacionadas ao câncer. Defendemos o*  
285 *consenso do câncer de mama que prevê a realização de exames clínicos a partir dos 40 anos, e a*  
286 *mamografia de rastreamento em mulheres dos 50 aos 69 anos, e a investigação profunda de todos os*  
287 *casos quando da descoberta de sinais e sintomas. Defendemos que todas as mulheres possam realizar*  
288 *exames preventivos ao câncer de colo de útero, que é o Papanicolau, e que recebam resultados e acesso*  
289 *ao tratamento nos casos positivos em casos já previstos em lei e que permitam conter e tratar expressivas*  
290 *doenças. Coerente com os direitos humanos, nossa posição é de que a morte de muitas mulheres é*  
291 *plenamente evitável e que nenhuma mulher pode morrer ou sofrer seqüelas, como mutilações*  
292 *desnecessárias ou inevitáveis e a sua não reparação, por falta de acesso à prevenção, ao diagnóstico, ao*  
293 *tratamento e cuidados paliativos. Assim, consideramos fundamental a participação ativa na busca de*  
294 *estratégias pautadas na afirmação do direito à vida, aos direitos humanos e à cidadania. Isso implica em*  
295 *intenso diálogo com o Movimento Organizado de Mulheres em todos os níveis do Sistema Único de*  
296 *Saúde. Em relação ao INCA propomos a manutenção de uma agenda de continuidade nessa parceria.*  
297 *Somando-nos aos movimentos que atuam no Controle Social da saúde no Brasil defendemos o*  
298 *financiamento da saúde integral, da saúde das mulheres, dos seus direitos sexuais e reprodutivos, a*  
299 *garantia de atendimento universal pelo SUS com qualidade na perspectiva da integralidade e da*  
300 *equidade. Mulheres da cidade, do campo e da floresta, trabalhadoras, ativistas, negras, quilombolas,*

301 *lésbicas, indígenas, ciganas, mulheres que vivem com HIV, com deficiências, mulheres com diferentes*  
302 *sexualidades, comunicadoras, dos interiores e das capitais do Brasil e de todas as idades declaram que*  
303 *estão unidas pela vida e saúde de todas as brasileiras, um direito humano fundamental para efetivação*  
304 *da nossa cidadania.”* Mencionou que deixaria esse registro, não iria se prolongar mais, mas sem dúvida  
305 alguma tinha outra carta ali que causaria bastante mal estar se ela ali fizesse a leitura, essa carta era do  
306 Coletivo de Mulheres do Calafate de Salvador, em relação a uma situação ocorrida no Outubro Rosa, que  
307 depois de muito negociado foi informado que o carro não iria realizar as mamografias, porque se tratava  
308 de uma comunidade perigosa. Relatou que após fazerem uma carta que foi divulgada nacionalmente pela  
309 sua rede bastante pressão, o quadro foi revertido, mas trazia algo a refletir e a pensar. Finalizou  
310 declamando uma poesia por nome “Os que lutam”, destacando que não poderia deixar de ser assim.  
311 “*Aqueles que lutam um dia e por isso são muito bons; Aqueles que lutam muitos dias e por isso são muito*  
312 *bons; Aqueles que lutam anos e são melhores ainda; Porém há aqueles que lutam toda a vida, esses são*  
313 *os imprescindíveis.* O Senhor Secretário Geral agradeceu à conselheira, não somente por estar assumindo  
314 aquele papel diante do CES, mas, pelo pronunciamento, pois se precisava politicamente marcar certos  
315 espaços com falas importantes. Convidou a Sra. Maria Eunice Kalil para compor o Conselho Estadual de  
316 Saúde - CES, como representante Suplente do Fórum de Mulheres Organizadas em Saúde, através da  
317 Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos – Regional Bahia, mas a  
318 mesma não se encontrava presente. O Sr. Waldir Cerqueira dos Santos para compor o Conselho Estadual  
319 de Saúde - CES, como representante Suplente das entidades congregadas em Sindicatos e Federações  
320 (SINDSAÚDE – Rede Privada Sindicato dos Trabalhadores em Santas Casas, Entidades Filantrópicas,  
321 Beneficentes e Religiosas e em Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado da Bahia) em  
322 substituição JANIRALDO ROCHA, e o mesmo também não se encontrava presente. A Sra. Doraídes  
323 Alves Nunes Almeida, para compor o Conselho Estadual de Saúde - CES, como representante Titular da  
324 Federação das Santas Casas de Misericórdia Hospitais Entidades Filantrópicas do Estado da Bahia -  
325 FESFBA em substituição a Maurício Almeida Dias Pereira. O Sr. André Fernando Wermann, para compor  
326 o Conselho Estadual de Saúde - CES, como representante Suplente da Federação das Santas Casas de  
327 Misericórdia Hospitais Entidades Filantrópicas do Estado da Bahia - FESFBA em substituição a Maria  
328 Cristina Gravatá de Menezes Barretto. Convidou o Sr. Julio César Vieira Braga, que também não estava  
329 presente para compor o Conselho Estadual de Saúde - CES, como representante suplente, dos Conselhos  
330 de classe e demais Associações Profissionais, através do Conselho Regional de Medicina do Estado da  
331 Bahia - CREMEB, em substituição a Jecé Freitas Brandão, e a Sra. Hermília Tavares Vilar Guedes que  
332 também não estava presente, para compor o Conselho Estadual de Saúde - CES, como representante  
333 Titular, dos Conselhos de classe e demais Associações Profissionais, através do Conselho Regional de  
334 Medicina do Estado da Bahia - CREMEB, em substituição a José Abelardo Garcia de Meneses. Informou  
335 que os ausentes tomariam posse em outra reunião do CES. Destacou que como posse de recondução dos  
336 conselheiros tinha que se registrar naquele momento que ficavam reconduzidos nas suas representações  
337 como representante do Governo, o Sr. Secretário de Saúde do Estado da Bahia, Jorge José Santos Pereira  
338 Solla como titular e Washington Luis Silva Couto como suplente; Pela Secretaria de Saneamento e  
339 Recursos Hídricos do Estado da Bahia, o Sr. Marcelo Henrique Siqueira de Araújo como suplente;  
340 Representando o Ministério da Saúde, a conselheira Déborah Dourado Lopes como titular e Maria da  
341 Glória Gonçalves da Silva Dourado como suplente; Como representantes de prestadores de serviços de  
342 saúde, a conselheira Luis Delfino Mota Lopes como titular, o conselheiro José Saturnino Rodrigues como  
343 suplente e a Sra. Julieta Maria Cardoso Palmeira como titular; Na representação dos Trabalhadores em  
344 Saúde - Entidades Congregadas em Sindicatos e Federações, são diferentes titulares e suplentes que estão  
345 sendo reconduzidos, onde seria mostrado, inclusive, o quadro ali daquelas mesmas representações, e esse  
346 seria remetido a todos os conselheiros. Reconduzidos na titularidade: Silvio Roberto dos Anjos e Silva,  
347 Leonídia Laranjeira Fernandes, Josivaldo de Jesus Gonçalves, Eliane Araújo Simões e Edson Morais de  
348 Oliveira. Reconduzidos na suplência: Célia Maria Alexandria de Oliveira, Maria do Carmo Brito de  
349 Morais, Roque Onorato Santos, Altamiro José dos Santos e Aldenilson Viana Rangel. Representantes dos  
350 Usuários no Fórum de Entidades de Patologias: Jair Alves dos Santos como suplente, Moysés Longuinho  
351 Toniolo de Souza como titular e Rômulo José Valença Corrêa como suplente. Entidades Congregadas em  
352 Centrais e Federações de Trabalhadores Urbanos e Rurais, exceto entidades da área da saúde: Francisco  
353 José Sousa e Silva como titular, Ricardo Luiz Dias Mendonça como suplente, Mário José da Conceição  
354 como titular e Jorge Geraldo de Jesus Rosário como suplente. Fórum de Pessoas com Deficiências:  
355 Isadora Oliveira Maia (titular), José Ednilson Almeida Do Sacramento (Suplente), Maria Luiza Costa  
356 Câmara (Titular), Silvanete Brandão Figueiredo (Suplente). Entidades congregadas em Federações e  
357 Associações patronais urbanas e/ou rurais, exceto entidades patronais da área da saúde. Pelo Fórum de  
358 entidades de aposentados e/ou pensionistas: Marcos Barroso de Oliveira (titular) e Gislene Villas Boas  
359 Torres da Silva (suplente). Pelas Populações indígenas ou Quilombolas: Walney Magno De Souza (titular)  
360 e Flávio De Jesus Dias (suplente). “A todos os conselheiros que hoje, a partir desse momento estejam

361 assumindo a representação ou que estão reconduzidos à representação para o próximo biênio, que sejam  
362 bem vindos. Convoco a todos para não só estarem mobilizados a participação efetiva todos os meses em  
363 nossas reuniões ordinárias, bem como das extraordinárias que se façam necessárias, e que nos ajudem,  
364 seja titular ou suplente, a convocar que todos os conselheiros venham para as nossas reuniões, de modo  
365 que somente não tenhamos dificuldades para estabelecimento de quorum, mas também que o processo de  
366 diálogo se faça com todos os atores, titulares e suplentes, pois são iguais na questão de responsabilidade  
367 para o Controle Social do SUS na Bahia.” Passou a palavra para a Sra. Elisabete Lima de Moraes –  
368 Coordenadora do CES que informou que aquele material que estavam vendo iria ser encaminhado a  
369 todos, somente queria levar em mãos, pois ficava mais clara a situação. “Têm pessoas que não foram  
370 citadas aqui na recondução, porque entraram agora em 2012, 2013, então, não têm dois anos, conforme o  
371 Regimento. Ali tem data de todos quando entraram, saíram, voltaram, e é um mapa totalmente descritivo,  
372 é fácil quando vocês receberem no e-mail.” Fez a leitura das Comunicações da Presidência.  
373 **COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA:** 1. Cumprindo a Portaria/GM nº 1074 de 29/05/2008, que  
374 aprova o Manual de Cooperação Técnica e Financeira por meio de Convênios, no seu capítulo 5, item 5.3,  
375 comunico a este Conselho, que solicitaremos ao Ministério da Saúde a Prorrogação da Vigência do  
376 Convênio Federal nº 2889/07, tendo como objeto “OFICINAS DE IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA  
377 DE COMBATE AO RACISMO INSTITUCIONAL – DGC, no valor total de R\$112.224,46 (cento e doze  
378 mil duzentos e quarenta e quatro reais e quarenta e seis centavos); 2. Cumprindo a Portaria/GM nº 1074  
379 de 29/05/2008, que aprova o Manual de Cooperação Técnica e Financeira por meio de Convênios, no seu  
380 capítulo 5, item 5.3, comunico a este Conselho, que solicitaremos ao Ministério da Saúde a Prorrogação  
381 da Vigência do Convênio Federal nº 1496/2010 tendo como objeto “CAPACITAÇÃO DE  
382 PROFISSIONAIS DE SAÚDE QUE ATUAM JUNTO À POPULAÇÃO QUILOMBOLA E  
383 LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS ALAGOINHAS, SEABRA E CRUZ DAS ALMAS, no valor total de  
384 R\$444.444,44 (quatrocentos e quarenta e quatro mil e quatrocentos e quatro reais e quarenta e quatro  
385 centavos); 3. Cumprindo a Portaria/GM nº 1074 de 29/05/2008, que aprova o Manual de Cooperação  
386 Técnica e Financeira por meio de Convênios, no seu capítulo 5, item 5.3, comunico a este Conselho, que  
387 solicitaremos ao Ministério da Saúde a Prorrogação da Vigência do Convênio Federal nº 2614/07 tendo  
388 como objeto “AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO, MATERIAL PERMANENTE E ENCONTROS  
389 OBJETIVANDO PRODUIR ESPAÇO SÓCIO-CULTURAL DE REFERÊNCIA PARA MEMÓRIA  
390 HISTÓRICA DA PSIQUIATRIA NACIONAL NO HJM, no valor total de R\$165.000,00 (cento e  
391 sessenta e cinco mil reais); 4. Cumprindo a Portaria/GM nº 1074 de 29/05/2008, que aprova o Manual de  
392 Cooperação Técnica e Financeira por meio de Convênios, no seu capítulo 5, item 5.3, comunico a este  
393 Conselho, que solicitaremos ao Ministério da Saúde a Prorrogação da Vigência do Convênio Federal nº  
394 1414/08 tendo como objeto “AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAIS PERMANENTES  
395 PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE – PARA HOSPITAL ESAÚ MATOS,  
396 no valor total de R\$154.000,00 (cento e cinquenta e quatro mil reais); 5. Cumprindo a Portaria/GM nº  
397 1074 de 29/05/2008, que aprova o Manual de Cooperação Técnica e Financeira por meio de Convênios,  
398 no seu capítulo 5, item 5.3, comunico a este Conselho, que solicitaremos ao Ministério da Saúde a  
399 Prorrogação da Vigência do Convênio Federal nº 2842/07 tendo como objeto “AQUISIÇÃO DE  
400 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE SAÚDE, PARA O HOSPITAL  
401 MÁRIO DOURADO SOBRINHO, EM IRECÊ, no valor total de R\$6.931.570,80 (seis milhões,  
402 novecentos e trinta e um mil, quinhentos e setenta reais e oitenta centavos); 6. Cumprindo a Portaria/GM  
403 nº 1074 de 29/05/2008, que aprova o Manual de Cooperação Técnica e Financeira por meio de  
404 Convênios, no seu capítulo 5, item 5.3, comunico a este Conselho, que solicitaremos ao Ministério da  
405 Saúde a Prorrogação da Vigência do Convênio Federal nº 3657/07 tendo como objeto “FORMULAR  
406 PROGRAMA ESTADUAL PARA A ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DP HOMEM, no valor total de  
407 R\$616.000,00 (seiscentos e dezesseis mil reais). A COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DA  
408 BAHIA – CIB, APRESENTA AS SEGUINTE RESOLUÇÕES APROVADAS NO SEU ÂMBITO  
409 PARA CONHECIMENTO DESTES CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE – CES. AS RESOLUÇÕES  
410 FORAM ENVIADAS NA ÍNTEGRA PARA O E-MAIL DOS (AS) SENHORES (AS) CONSELHEIROS  
411 (AS). 1. RESOLUÇÃO CIB Nº 408/2013 - O remanejamento do Teto de Terapia Renal Substitutiva –TRS  
412 dos Municípios de Ilhéus, Salvador, Santo Antônio de Jesus, Senhor do Bonfim e Serrinha no valor de R\$  
413 144.506,47/ mês (cento e quarenta e quatro mil quinhentos e seis reais e quarenta e sete centavos), para  
414 a recomposição dos tetos dos Municípios e Estado que apresentam déficit. 2. RESOLUÇÃO CIB Nº  
415 409/2013 - O Termo de Adesão ao Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde –  
416 PQAVS dos Municípios: Aiquara, Apuarema, Antonio Cardoso, Barra do Rocha, Brejões, Baixa Grande,  
417 Cravolândia, Coração de Maria, Dario Meira, Ibirataia, Itagi, Itiruçu, Ichu, Irará, Ipecaetá, Jequié, Jitaúna,  
418 Lafaiete Coutinho, Manoel Vitorino, Pintadas, Rafael Jambeiro, São Gonçalo dos Campos, Santanópolis,  
419 Terra Nova e Teofilândia. 3. RESOLUÇÃO CIB Nº 410/2013 - O remanejamento do montante anual do  
420 Limite Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade do Fundo Estadual de Saúde da Bahia para o

421 Limite Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade do Município de Salvador, estabelecido no  
422 Anexo I desta Resolução. 4. RESOLUÇÃO CIB Nº 411/2013 – O Termo de Adesão ao Programa de  
423 Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde – PQAVS dos Municípios: América Dourada, Barra do  
424 Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Irecê, Itaguaçu da  
425 Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungú do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, São Sebastião  
426 do Passé, Uibaí e Xique-Xique. 5. RESOLUÇÃO CIB Nº 412/2013 – O Termo de Adesão ao Programa de  
427 Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde – PQAVS dos Municípios: Barra, Buritirama, Ibotirama,  
428 Ipupiara, Morpará, Muquém do São Francioso, Oliveira dos Brejinhos e Paratinga. 6. RESOLUÇÃO CIB  
429 Nº 413/2013 - A ampliação do SAMU Regional de Santo Antonio de Jesus/Cruz das Almas através da  
430 implantação de base descentralizada com 01 Unidade de Suporte Básico, no Município de Aratuípe. 7.  
431 RESOLUÇÃO CIB Nº 414/2013 – A habilitação de Unidade de Referência em Assistência de Alta  
432 Complexidade em Traumatologia-Ortopedia para Hospital Regional Dr. Mario Dourado Sobrinho em Irecê. 8.  
433 RESOLUÇÃO CIB Nº 415/2013 – O Plano de Trabalho para o uso do recurso de incentivo de custeio  
434 para manutenção e execução das atividades da Comissão de Coordenação Estadual do PROVAB. 9.  
435 RESOLUÇÃO Nº 416/2013 - O Anexo D da Resolução CIB nº 246 de 20 de julho de 2012,  
436 estabelecendo novo Modelo de Projeto para Credenciamento de Equipes de Núcleo da Saúde da Família  
437 (NASF) e revoga a Diretriz no 6 da Resolução CIB nº 66, de 19 de março de 2010, e estabelece nova  
438 diretriz que trata do processo de credenciamento e implantação de Equipes de Núcleo da Saúde da  
439 Família. 10. RESOLUÇÃO CIB Nº 417/2013 - A utilização do recurso federal destinado ao Laboratório  
440 Regional de Próteses Dentárias do Estado da Bahia (LRPD Estadual), para incremento de novos  
441 municípios no Plano de Expansão dos LRPD na Bahia. 11. RESOLUÇÃO CIB Nº 418/2013 - O Termo  
442 de Adesão ao Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde – PQAVS dos Municípios:  
443 Aratuípe, Amargosa, Conceição do Almeida, Camaçari, Castro Alves, Boquira, Botuporã, Dom Macedo  
444 Costa, Dias D'Ávila, Elísio Medrado, Mutuípe, Mata de São João, Itaparica, Itarantim, Itatim, Jaguaripe,  
445 Jiquiriçá, Lauro de Freitas, Laje, Muniz Ferreira, Milagres, Nazaré, Nova Itarana, Presidente Tancredo  
446 Neves, Pojuca, São Miguel das Matas, Santo Amaro, Santa Terezinha, Santo Antônio de Jesus, Salinas da  
447 Margarida, São Felipe, Simões Filho, Saubara, Ubaíra, Varzedo e Vera Cruz. 12. RESOLUÇÃO CIB Nº  
448 419/2013 A habilitação de 06 leitos de Unidade de Terapia Intensiva Adulto tipo II, com pendências do  
449 Hospital Especializado Couto Maia no Município de Salvador. 13. RESOLUÇÃO CIB Nº 420/2013 - A  
450 justificativa formal acerca da relevância e da necessidade da alteração do endereço da Construção do Pólo  
451 da Academia da Saúde do município de Guaratinga. 14. RESOLUÇÃO CIB Nº 421/2013 - A justificativa  
452 formal acerca da relevância e da necessidade da alteração do endereço da Construção do Pólo da  
453 Academia da Saúde do município de Brejões. 15. RESOLUÇÃO CIB Nº 422/2013 - A ratificação da  
454 condição de municípios do Estado da Bahia como aptos a receber os valores referentes à segunda parcela  
455 do Programa de Requalificação de unidades Básicas de Saúde – Componente Reforma. 16.  
456 RESOLUÇÃO CIB Nº 423/2013 - O Projeto Olhar Brasil do Município de Vera Cruz – Bahia para o ano  
457 2013/2014. 17. RESOLUÇÃO CIB Nº 424/2013 - A justificativa formal acerca da relevância e da  
458 necessidade da alteração do endereço da Construção do Pólo da Academia da Saúde do Município de  
459 Conde. 18. RESOLUÇÃO CIB Nº 425/2013 - O Termo de Adesão ao Programa de Qualificação das  
460 Ações de Vigilância em Saúde – PQAVS dos Municípios: Amélia Rodrigues, Curaçá, Juazeiro, Quijingue,  
461 Anguera, Entre Rios, Lagoa Real, Remanso, Aporá, Brotas de Macaúbas, Esplanada, Lençóis, Riachão do  
462 Jacuípe, Aramari, Gavião, Licínio de Almeida, Riacho de Santana, Arataca, Guanambi, Mairi, Rio do  
463 Antônio, Caculé, Capela do Alto Alegre, Ibiassucê, Mascote, Rio Real, Caetitê, Ibiquera, Matina, Santo  
464 Estevão, Campo Alegre de Lourdes, Igaporã, Morro do Chapéu, Sátiro Dias, Canavieiras, Mortugaba,  
465 Saúde, Serrolândia, Candeal, Inhambupe, Mundo Novo, Sebastião Laranjeiras, Candiba, Ipirá, Nova  
466 Canaã, Sento Sé, Capim Grosso, Itacaré, Nova Fátima, Serra Preta, Cardeal da Silva, Itanagra,  
467 Ouriçangas, Sobradinho, Carinhanha, Itapicuru, Pau Brasil, Tanque Novo, Casa Nova, Iuiu, Pé de Serra,  
468 Uauá, Catu, Jacaraci, Pedrão, Una, Conceição do Coité, Jacobina, Pilão Arcado, Urandi, Crisópolis,  
469 Jandaíra, Pindaí, Uruçuca e Várzea do Poço. 19. RESOLUÇÃO CIB Nº 426/2013 – A ratificação da  
470 condição de municípios do Estado da Bahia como aptos a receber os valores referentes à segunda parcela  
471 do Programa de Requalificação de unidades Básicas de Saúde - Componente Ampliação dos municípios  
472 de Baixa Grande, Morro do Chapéu e Ubaitaba. 20. RESOLUÇÃO CIB Nº 427/2013 - O Termo  
473 de Adesão ao Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde – PQAVS dos Municípios:  
474 Andaraí, Anagé, Abaré, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Boa Vista do Tupim, Bom  
475 Jesus da lapa, Bonito, Belmonte, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Cordeiros, Côcos, Coribe,  
476 Canápolis, Caém, Condeúba, Correntina, Cruz das Almas, Cabaceiras do Paraguaçu, Chorrochó,  
477 Conceição da Feira, Cachoeira, Encruzilhada, Eunápolis, Feira da Mata, Governador Mangabeira,  
478 Guaratinga, Glória, Itagimirim, Itabela, Itaberaba, Itapebi, Iaçú, Itaetê, Jeremoabo, Jaborandi, Lajedinho,  
479 Mirangaba, Maetinga, Mirante, Marcionilio Souza, Macajuba, Maragojipe, Muritiba, Miguel Calmon,  
480 Mutuípe, Nova Redenção, Ourolândia, Presidente Jânio Quadros, Pedro Alexandre, Paulo Afonso, Poções,

481 Planalto, Piripá, Porto Seguro, Ruy Barbosa, Ribeirão do Largo, Rodelas, São Félix do Coribe, Santa  
482 Brígida, Sapeaçu, São Félix, São José do Jacuípe, Santa Cruz Cabrália, Santana, Santa Maria da Vitória,  
483 Sítio do Mato, Serra do Ramalho, Serra Dourada, Salvador, Tremedal, Utinga, Umburanas, Várzea da  
484 Roça e Wagner. 21. RESOLUÇÃO CIB Nº 428/2013 - O Termo de Adesão ao Programa de Qualificação  
485 das Ações de Vigilância em Saúde – PQA VS do Município: Canudos. 22. RESOLUÇÃO CIB Nº  
486 429/2013 - O Termo de Adesão ao Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde –  
487 PQA VS dos Municípios: Alcobaça, Baianópolis, Caravelas, Cristópolis, Ibirapuã, Itagibá, Itamaraju,  
488 Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Mansidão, Mucuri, Medeiros Neto, Nova Viçosa, Prado, Tapiramutá,  
489 Teixeira de Freitas, Várzea Nova, Vereda e Wanderley. 23. RESOLUÇÃO CIB Nº 430/2013 - A  
490 ratificação da condição de município do Estado da Bahia como apto a receber os valores referentes à  
491 segunda parcela do Programa de Requalificação de unidades Básicas de Saúde - Componente Ampliação  
492 do município de Mucugê. 24. RESOLUÇÃO CIB Nº 431/2013 O Termo de Adesão ao Programa de  
493 Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde – PQA VS dos Municípios: Ajustina, Banzaê, Cicero  
494 Dantas, Cipó, Coronel João Sá, Catolândia, Cotegipe, Fátima, Heliópolis, Ilhéus, Madre de Deus, Novo  
495 Triunfo, Olindina, Paripiranga, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Riachão das Neves, Sítio do  
496 Quinto, Santa Luzia, São Desodério e Tabocas do Brejo Velho. 25. RESOLUÇÃO CIB Nº 432/2013 - O  
497 Termo de Adesão ao Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde – PQA VS dos  
498 Municípios: Almadina, Boninal, Buerarema, Camacã, Coaraci, Floresta Azul, Ibirapitanga, Ibitiara,  
499 Ibicaraí, Itabuna, Itajú do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Mucugê, Novo Horizonte, Piatã,  
500 Palmeiras, Seabra, Souto Soares, Santa Cruz da Vitória, São José da Vitória, Santa Rita de Cássia e  
501 Ubaitaba. 26. RESOLUÇÃO CIB Nº 433/2013 - O Termo de Adesão ao Programa de Qualificação das  
502 Ações de Vigilância em Saúde – PQA VS do Município de Malhada. 27. RESOLUÇÃO CIB Nº 434/2013  
503 - O Termo de Adesão ao Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde – PQA VS dos  
504 Municípios: Aurelino Leal, Barro Preto, Barreiras, Cairu, Camamu, Gandu, Igrapiúna, Ituberá, Iraquara,  
505 Maraú, Nova Ibiá, Teolândia, Ubatã, Valença, Wenceslau Guimarães. 28. RESOLUÇÃO CIB Nº  
506 435/2013 - O Termo de Adesão ao Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde –  
507 PQA VS do Estado da Bahia. 29. RESOLUÇÃO CIB Nº 436/2013 - O Termo de Adesão ao Programa de  
508 Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde – PQA VS dos Municípios de Brumado e Caldeirão  
509 Grande. 30. RESOLUÇÃO CIB Nº 437/2013 – O Termo de Adesão ao Programa de Qualificação das  
510 Ações de Vigilância em Saúde – PQA VS do Município de Feira de Santana. 31. RESOLUÇÃO CIB Nº  
511 438/2013 - O Termo de Adesão ao Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde –  
512 PQA VS dos Municípios de Caturama, Contendas do Sincorá, Ibicoara, Ibipitanga, Jussiape e Malhada de  
513 Pedras. 32. RESOLUÇÃO CIB Nº 439/2013 - A ratificação na condição de município do Estado da Bahia  
514 como apto a receber o valor referente à terceira parcela da construção de Unidade Básica de Saúde para  
515 Equipe de Saúde da Família pelo Plano Nacional de Implantação de Unidades Básicas de Saúde para  
516 Equipes de Saúde da Família. 33. RESOLUÇÃO CIB Nº 440/2013 - O Termo de Adesão ao Programa de  
517 Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde – PQA VS dos Municípios: Angical, Brejolândia e Nilo  
518 Peçanha. 34. RESOLUÇÃO CIB Nº 441/2013 – O credenciamento do Núcleo de Apoio à Saúde da  
519 Família – NASF nos Municípios de Simões Filho, América Dourada, Novo Triunfo, Cícero Dantas,  
520 Itambé, Maetinga, Conceição do Jacuípe, Quijingue, Monte Santo, Conceição do Coité, Jeremoabo, Santa  
521 Inês, Senhor do Bonfim, Pedro Alexandre, Boninal e Dom Macedo Costa. 35. RESOLUÇÃO CIB Nº  
522 442/2013 - A alteração na modalidade de equipe de NASF tipo II para NASF tipo I dos Municípios de  
523 Antônio Cardoso e Maetinga. 36. RESOLUÇÃO CIB Nº 443/2013 - A adequação na composição do  
524 NASF tipo I, do Município de Jaguaripe. 37. RESOLUÇÃO CIB Nº 444/2013 - A alteração da  
525 composição do NASF tipo II para NASF tipo I do Município de São Félix do Coribe. 38. RESOLUÇÃO  
526 CIB Nº 445/2013 - A alteração da modalidade de NASF tipo II para NASF tipo I, do Município de  
527 Antônio Cardoso. 39. RESOLUÇÃO CIB Nº 446/2013 A alteração da composição da equipe de NASF I,  
528 do Município de Barra do Mendes. 40. RESOLUÇÃO CIB Nº 447/2013 - O credenciamento de  
529 Equipes de Saúde Bucal – ESB nos Municípios de Itaparica, América Dourada, Presidente Dutra, Tanque  
530 Novo, Campo Formoso e Sapeaçu. 41. RESOLUÇÃO CIB Nº 448/2013 - O credenciamento de Equipes  
531 de Saúde da Família – ESF nos Municípios de Livramento de Nossa Senhora e Iguai. 42. RESOLUÇÃO  
532 CIB Nº 449/2013 – O credenciamento de Agentes Comunitários de Saúde – ACS, no Município de  
533 Livramento de Nossa Senhora. 43. RESOLUÇÃO CIB Nº 450/2013 - O credenciamento de Equipe de  
534 Consultório na Rua no Município de Vitória da Conquista. 44. RESOLUÇÃO CIB Nº 451/2013 - A  
535 transferência da Unidade de Suporte Avançado (USA) do município de Formosa do Rio Preto para o  
536 município de Barreiras, como Reserva Técnica do SAMU Regional Barreiras/Ibotirama. 45.  
537 RESOLUÇÃO CIB Nº 452/2013 - A ampliação do SAMU Regional de Santo Antônio de Jesus/Cruz das  
538 Almas através da implantação de base descentralizada com 01 Unidade de Suporte Básico, no município  
539 de Muritiba. 46. RESOLUÇÃO CIB Nº 453/2013 - O intervalo de seis meses para a solicitação pela CIR  
540 de alterações relativas a ampliação de componentes, em Planos de Ação Regionais da Rede de Atenção à

541 Saúde, aprovados pela CIB. 47. RESOLUÇÃO CIB Nº 454/2013 - O parecer referente às solicitações dos  
542 servidores do Ministério da Saúde cedidos à Secretaria Estadual de Saúde da Bahia – SESAB. 48.  
543 RESOLUÇÃO CIB Nº 455/2013 – A habilitação de 09 leitos de Unidade de Terapia Intensiva Adulto tipo  
544 II com pendências no Hospital Cristo Redentor, no município de Itapetinga. 49. RESOLUÇÃO CIB Nº  
545 456/2013 - A Habilitação do ISOB – Instituto de Saúde Oftalmologia do Brasil, no município de  
546 Ibotirama, para o Código 05.06 Oftalmologia para procedimentos relacionados ao Glaucoma. 50.  
547 RESOLUÇÃO CIB Nº 457/2013 - A habilitação do ISOB – Instituto de Saúde Oftalmologia do Brasil, no  
548 município de Santa Maria da Vitória, para o Código 05.06 Oftalmologia para procedimentos relacionados  
549 ao Glaucoma. 51. RESOLUÇÃO CIB Nº 458/2013 - A Habilitação do ISOB – Instituto de Saúde  
550 Oftalmologia do Brasil, no município de Barreiras, para o Código 05.06 Oftalmologia para procedimentos  
551 relacionados ao Glaucoma. 52. RESOLUÇÃO CIB Nº 459/2013 - A Habilitação de Traumatologia-Ortopedia  
552 de média complexidade nos municípios de Alagoinhas, Capim Grosso, Catu, Irecê, Itamaraju, Jacobina,  
553 Mairí, Morro do Chapéu, Paulo Afonso e Piritiba. 53. RESOLUÇÃO CIB Nº 460/2013 - O Fluxo de  
554 Avaliação do Projeto de Implantação da Atenção Domiciliar e o Detalhamento do Componente Atenção  
555 Domiciliar do Plano de Ação Regional da Rede de Atenção às Urgências no Estado da Bahia.  
556 54. RESOLUÇÃO CIB Nº 461/2013 - O Detalhamento do Componente de Atenção Domiciliar - AD da  
557 Rede de Atenção às Urgências dos Municípios de Araci, Capim Grosso, Itacaré e Simões Filho. 55.  
558 RESOLUÇÃO CIB Nº 462/2013 - O Projeto Olhar Brasil do Município de Teixeira de Freitas – Bahia  
559 para o ano 2013/2014. 56. RESOLUÇÃO CIB Nº 463/2013 – O repasse do Comando Único das Ações e  
560 Serviços da Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar de Média e Alta Complexidade para o  
561 Município de Muritiba, a partir do mês de competência novembro de 2013. 57. A Plenária da Comissão  
562 Intergestores Bipartite da Bahia, no uso de suas atribuições, tendo em vista o decidido na 217ª Reunião  
563 Ordinária do dia 24 de outubro de 2013 e considerando: 58. RESOLUÇÃO CIB Nº 464/2013 – O Projeto  
564 Olhar Brasil do Município de Feira de Santana – Bahia para o ano 2013/2014. 59. RESOLUÇÃO CIB Nº  
565 465/2013 - O Projeto Olhar Brasil do Município de Senhor do Bonfim – Bahia para o ano 2013/2014. 60.  
566 RESOLUÇÃO CIB Nº 466/2013 - O Projeto Olhar Brasil do Município de Paulo Afonso – Bahia para o  
567 ano 2013/2014. 61. RESOLUÇÃO CIB Nº 467/2013 - O Projeto Olhar Brasil do Município de Capim  
568 Grosso – Bahia para o ano 2013/2014. 62. RESOLUÇÃO CIB Nº 468/2013 – O acréscimo à Resolução  
569 CIB Nº 298/2013, dos Municípios que fizeram adesão ao Projeto Olhar Brasil - Gestão Estadual da Bahia  
570 para o ano de 2013/2014. 63. RESOLUÇÃO CIB Nº 469/2013 - O Projeto Olhar Brasil do Município  
571 Jequié – Bahia, para o ano 2013/2014. 64. RESOLUÇÃO CIB Nº 470/2013 - A justificativa formal  
572 acerca da relevância e da necessidade da alteração do endereço da Construção do Pólo da Academia da  
573 Saúde do município de Santa Maria da Vitória. 65. RESOLUÇÃO CIB Nº 471/2013 - O Projeto Olhar  
574 Brasil do Município de Barreiras – Bahia para o ano 2013/2014. 66. RESOLUÇÃO CIB Nº 472/2013 - O  
575 Termo de Adesão ao Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde – PQAVS dos  
576 Municípios de Piritiba e Quixabeira. 67. RESOLUÇÃO CIB Nº 473/2013 - O Termo de Adesão ao  
577 Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde – PQAVS dos municípios Iramaia, Palmas  
578 de Monte Alto e São Domingos. 68. RESOLUÇÃO CIB Nº 474/2013 - O Plano de Ação da Região de  
579 Irecê da Rede de Atenção Psicossocial e dá outras providências. 69. RESOLUÇÃO CIB Nº 475/2013 - O  
580 Plano de Ação da Rede de Atenção Psicossocial da Região de Senhor do Bonfim – Bahia e dá outras  
581 providências. 70. RESOLUÇÃO CIB Nº 476/2013 - O Plano de Ação da Região de Paulo Afonso da  
582 Rede de Atenção Psicossocial e dá outras providências. 71. RESOLUÇÃO CIB Nº 477/2013 - O Projeto  
583 Olhar Brasil do Município Iaçú – Bahia, para o ano 2013/2014. 72. RESOLUÇÃO CIB Nº 478/2013 - O  
584 Termo de Adesão ao Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde – PQAVS do  
585 Município: Vitória da Conquista. 73. RESOLUÇÃO CIB Nº 479/2013 - A ratificação da condição de  
586 municípios do Estado da Bahia como aptos a receber os valores referentes à segunda parcela do Programa  
587 de Requalificação de unidades Básicas de Saúde – Componente Reforma do município de Inhambupe. 74.  
588 RESOLUÇÃO CIB Nº 480/2013 – A ratificação da condição de municípios do Estado da Bahia como  
589 aptos a receber os valores referentes à segunda parcela do Programa de Requalificação de unidades  
590 Básicas de Saúde - Componente Ampliação do município de Inhambupe. 75. RESOLUÇÃO CIB Nº  
591 481/2013 - O Termo de Adesão ao Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde –  
592 PQAVS do Município: Macururé. 76. RESOLUÇÃO CIB Nº 482/2013 – O ad referendum o Projeto  
593 Olhar Brasil do Município Jeremoabo – Bahia, para o ano 2013/2014. O Senhor Secretário Geral colocou  
594 que se algum conselheiro tivesse alguma manifestação a fazer, sobre os informes da presidência e das  
595 resoluções CIB, aquele era o momento. “Lembrando que recebemos estas resoluções por e-mail, o correto  
596 é que se houver lido algo indevido que anote e traga exatamente qual a resolução que vai se referir,  
597 porque daí aceleramos o processo para que não tenhamos que avaliar no momento da reunião. Assim, que  
598 se avalie antecipadamente para já chegar com as sinalizações necessárias. Ainda estamos no quorum de  
599 15 conselheiros exercendo a titularidade nesse exato momento, o que não nos dá o quorum. As duas  
600 suplências estão em suplência, porque seus titulares no momento estão presentes, senão, seriam titulares

601 no exercício. Nesse momento iremos passar para as pautas da reunião, ainda não podemos aprovar a ata  
602 da última reunião, mas, as duas pautas que temos pela manhã não são deliberativas, mas apresentações  
603 que podemos fazer tranquilamente, sem prejuízo das pautas em discussão.” O conselheiro José Silvino  
604 Gonçalves dos Santos mencionou que conforme apresentado pelo Senhor Presidente, no *o que ocorrer*  
605 iria ser tirada uma comissão para avaliar o documento enviado pelo Ministério Público, gostaria então de  
606 propor que a mesma comissão que analisou os documentos pudesse ser reconduzida. O Senhor Secretário  
607 Geral mencionou que não iria ser aberta uma discussão para tratar daquele assunto naquele momento, mas  
608 já ficava a sinalização do conselheiro Silvino para que fosse pensada, se já era uma proposta ou teria outra  
609 no momento em que fosse tratado o assunto. Convidou a Sra. Rosário para que fizesse uma exposição  
610 sobre a Situação da Mortalidade Fetal e Infantil no Estado da Bahia, de modo que seria 30 minutos para  
611 aquela apresentação, e posteriormente a fala dos conselheiros fazendo inferências. Aproveitou para  
612 informar a todos que a partir daquele momento o Conselho Estadual de Saúde já possuía quorum  
613 deliberativo. A senhora Maria Rosário Ribeiro Barreto fez a apresentação que foi enviada a todos os  
614 conselheiros por e-mail. O Senhor Secretário Geral agradeceu a Sra. Rosário pela apresentação,  
615 ressaltando que tinha horas que se permitia inclusive expandir, não só pela importância do tema mais pela  
616 pauta que precisavam estar mais tranquilos e posteriormente falaria mais sobre aquilo. “Esse assunto não  
617 é a primeira vez que é trazido; uma prestação de contas, um relatório das ações desenvolvidas, já existe  
618 uma prática do Conselho junto com o CEPOIF e tem sido uma pratica muito boa da discussão da redução  
619 do óbito infantil e fetal neste Conselho.” O Conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos parabenizou o  
620 comitê, destacando que os alimentava de informações importantes, que podiam avaliar e que situação se  
621 encontrava a questão da morte infantil no estado Bahia. “Só queria destacar aqui presidente, que Salvador,  
622 quanto às informações trazidas, percebe que há um declínio na morte infantil, mas que Salvador não  
623 mandou, não tem informação de Salvador na apresentação. Pelo contrário, esta informa crescente, no  
624 último relatório apresentado no Conselho Municipal de Saúde tem o crescimento, tanto a morte materna  
625 como morte infantil, infelizmente Salvador está no caminho inverso nessa situação. Percebemos porque  
626 não existe essa estrutura, doutora, que o comitê propõe para garantir que a criança ao nascer tenha sua  
627 vida garantida. O mais interessante que percebemos e que a doutora enfatizou bem foi a questão das  
628 mortes evitáveis, pois pessoas que não precisavam morrer, não nasceu morta, mas elas poderiam ter a  
629 vida normal. Vimos 45%, tantos outros dados são mortes que poderiam estar sendo evitadas, são crianças  
630 que dentro do ventre da mãe ganhou uma vida e é ceifada ainda no ventre ou quando não se oferece  
631 estrutura, quando ela vem a nascer e não é garantida a ela a vida. Seria interessante se um dia vocês  
632 pudessem mostrar as intervenções que vocês propõem e foi realizada o êxito disto, pois seria interessante  
633 conhecermos até mesmo para servir, mostrando tanto as prevenções quanto as intervenções, quando se  
634 coloca uma estrutura, quando se tem vontade pode evitar essas mortes, então seria interessante se um dia  
635 a senhora nos trouxesse o resultado das recomendações.” O Conselheiro Marcos Antônio Almeida  
636 Sampaio colocou a importância de ser levada aquele tipo de abordagem e parabenizou a Mesa por levar  
637 aquele tema que estava ligado diretamente com a discussão que a sociedade estava vivendo. “Primeiro,  
638 gostaria de dizer quando Silvino falou das mortes evitáveis e também discutimos isso não 100%, mais de  
639 90% poderia ser evitada, não só no processo de investigação, mas se a atenção básica em todos os  
640 municípios estivesse sendo realizada com êxito, aí nasce à ideia que precisamos discutir: a atenção básica  
641 de fato no estado da Bahia, qual a situação? Como é que vamos expandir e como expandir. Quando  
642 trazemos diagnóstico do trabalho do agente de saúde que está na lei como deveria ser feito, mas não tem o  
643 instrumento, como discutimos a instrumentalização desses profissionais que acabam muitas vezes  
644 servindo de Office Boy do posto de saúde e da população, só fazendo a marcação dos exames e levando  
645 recado do que tem na unidade ou não. Mas como é que de fato fazemos com que eles promovam saúde.  
646 Uma defesa que tenho feito em todo momento e a ideia de rediscutir o modelo de saúde, como é que  
647 discutimos o modelo de saúde, que promovamos saúde e não discuta doença por si só. A doença é algo a  
648 ser combatida, mas a saúde é algo para ser valorizado e ser promovido como fazemos essa discussão.  
649 Embora as fotos demonstrem que existe uma população característica na Bahia que é a população negra,  
650 mas não falamos de ação que combata o racismo institucional. Muitas vezes a ausência da estrutura do  
651 atendimento do parto está muito ligada ao racismo institucional. Como podemos inserir o quesito raça,  
652 cor, pois as maiorias dessas crianças têm cor, são crianças negras da periferia, como vamos fazer esse  
653 extrato, inclusive para fazer uma ação preventiva e colocar esses dados mais explícitos. Temos a  
654 juventude morrendo, na sua maioria a juventude negra e quando formos fazer esse extrato vamos ver que  
655 antes de nascer temos essa população precisando de uma atenção maior das políticas. Gostaria de saber  
656 como é feita a questão do acompanhamento da mulher, a mulher que sonhou em ter uma criança, a família  
657 que sonhou que o filho iria nascer e ser sadio, com aquela esperança toda com o enxoval pronto, qual o  
658 tipo de acompanhamento, qual o tipo de orientação que é dada a essas mulheres?” O Conselheiro Jair  
659 Alves dos Santos colocou a importância da apresentação, ressaltando que esteve observando alguns dados  
660 da apresentação vendo que em 2012 e 2013 não tinha relatórios. “Estive ano passado e esse ano visitando

661 algumas maternidades e observei que o descaso é muito grande, principalmente no acolhimento, nas  
662 triagens, onde as pacientes chegam com fortes dores e diziam que elas não estavam na hora de parir,  
663 mandavam para casa e quando retornavam o quadro se complicava. Acredito que devido a esses  
664 acontecimentos têm acontecido muitos óbitos justamente nos primeiros dias de vida da criança por falta  
665 de acolhimento, ou seja, a triagem dispensa a paciente que volta para casa, quando ela retorna já esta no  
666 quadro avançado e ela não consegue ter o bebê a tempo. Estive observando também que existem muitos  
667 profissionais que não estão qualificados no momento do atendimento e acolhimento dos pacientes, visitei  
668 a maternidade Albert Sabin e a maternidade José Maria de Magalhães Neto, observei nessas duas  
669 maternidades os problemas gravíssimos que foram relatados aqui agora, inclusive teve uma paciente que  
670 o seu bebê nasceu, logo após vindo a óbito porque o parto já estava avançado e ela não teve o  
671 atendimento de imediato. Nasceram duas crianças gêmeas na maternidade Jose Maria de Magalhães Neto,  
672 onde estive presente e foram a óbito as duas por falta de atendimento. Isso não veio a público, porque  
673 talvez não tivesse a consequência de passar para frente, porque seria um caso muito grave. Tomei  
674 conhecimento, fui verificar e foi isso realmente, sem contar que houve outra criança que engoliu o líquido  
675 do parto. Estive observando que precisamos melhorar a qualificação dos profissionais que estão ali  
676 atendendo, justamente para que casos como esse não ocorra, e acredito que o índice de mortalidade  
677 infantil de zero a sete dias e de sete a vinte sete dias esteja correndo por essa falta de deliberação de  
678 atividades que o profissional tem que ter. É um desrespeito com o ser humano, com a paciente que está ali  
679 para ganhar um nenê, pois quando a mãe vai para a maternidade ela quer ter o seu bebê; Se ela não tem, o  
680 parto não é bem feito ou não tem o atendimento, isso complica muito mais.” A Conselheira Lilian Fátima  
681 Barbosa Marinho informou que ficou contente em ver o trabalho do comitê, pois era importante prestar  
682 contas, como no do Movimento de Mulheres. Destacou que há uma militância muito grande na questão da  
683 morte materna que se entrecruza com a mortalidade infantil, e o que lhe chamou muito atenção, pois  
684 havia feito uma continha rápida dos percentuais que Rosário havia colocado, das mortes evitáveis como  
685 Marcos havia falado que estavam relacionadas à atenção adequada à gestação, ao parto, ao recém-  
686 nascido, que juntos somando daria 85%, ou seja, mostrava o que precisava avançar. “Querida só fazer uma  
687 conexão com os indicadores do pacto, porque os gestores municipais têm pactuado e recebe dinheiro, e  
688 tive o cuidado quando estava lendo a ata que será aprovada hoje na reunião, certamente terá que ver qual  
689 é o impacto de tudo que eu vi das resoluções da CIB que está aprovando ampliação de leito de UTI para  
690 criança, qualificação, readequação, muitas coisas que estava fazendo uma brincadeira com as palavras.  
691 São muitas palavras importantes: habilitação, permissão, revisão, qual vai ser o impacto disso? Acho  
692 interessante que o comitê possa também estar questionando isso. Sem dúvida nenhuma é feita uma série  
693 de atividades como isso se conecta com os indicadores do pacto, é importante para o CES saber do  
694 investimento. Querida destacar mais uma coisa que faz conexão com a morte materna e com as outras  
695 mortes nessa cidade que é o serviço de verificação de óbito. Há vinte anos estou aqui na Bahia e temos  
696 como pauta a criação de serviço de verificação de óbito, não é dessa gestão, mas de antes, já sabemos de  
697 cor e salteado todas as dificuldades na sua implantação, mas queremos respostas, porque senão estou  
698 desatualizada, possa ser que esteja. Salvador é a única capital que não tem um serviço de verificação de  
699 óbito no país, tínhamos na Bahia um serviço, não sei se ainda tem no Extremo Sul por conta de um  
700 médico idealista que levava aquele serviço à frente, não é possível mais isso, porque isso tem impacto  
701 para todas as mortes que ocorrem nessa cidade, que não é por morte violenta, e o Instituto Médico Legal  
702 não suporta mais.” Solicitou a relação do alto percentual de cesárea na Bahia, destacando que o município  
703 de Santo Antônio de Jesus tem a maior proporção de cesárea do estado. “É escandaloso o que aconteceu  
704 em menos de dez anos, tem um serviço que é conveniado ao Sistema Único de Saúde, que a meu ver se  
705 precisa de ações efetivas, quem sabe intervenção.” A Conselheira Célia Maria Alexandria de Oliveira  
706 mencionou que estava sendo muito importante aquela discussão e a apresentação foi da melhor qualidade.  
707 No entanto, queria fazer algumas indagações, pois existiam estudos relacionados àquela questão com a  
708 questão, por exemplo, da classe social, etnia, raça, idade, local de moradia, e existindo aqueles estudos  
709 eles poderiam ser enviados para que o CES tomasse conhecimento. E em função de todo aquele trabalho,  
710 caso existissem aqueles estudos quais as políticas públicas que já identificam como política voltada para  
711 aquela questão. “Particularmente, se tratando de um assunto dentro deste Conselho que venho estudando  
712 com certo entusiasmo, mulheres que estão com problemas de transtorno mental, mulheres na situação, por  
713 exemplo, de uso de álcool e drogas, qual é o percentual que elas apresentam, talvez, dada a situação em  
714 que vivem, o sofrimento e que não possam estar bem cuidada durante o período da gestação, essas  
715 mulheres têm os seus filhos nessa situação de morte logo após o nascimento? A Conselheira Maria  
716 Cristina de Camargo Fonseca colocou que estava vendo o avanço e sabia da dificuldade de estar dentro de  
717 um comitê. Parabenizou toda a equipe e considerando que, inicialmente falando muito com base nos  
718 indicadores que havia sido apresentado, sugeriria que esses indicadores fossem ampliados e pudessem  
719 levar indicadores do Sisprenatal, do Sisparto, porque tinha muito a ver com o que havia sido falado do  
720 componente neonatal precoce e do que levavam realmente as causas, as complicações da atenção ao

721 parto, atenção ao nascimento, atenção gestação, para que se pudessem ter indicadores que falassem não só  
722 de resultados, mas de processo mesmo. “Quando se coloca sífilis, quando se colocam outros que são  
723 indicadores que temos como acessar, e aqui para o Conselho isso seria realmente de grande valia para que  
724 possamos fazer uma análise melhor. Visto que temos membros da SUREGS, os Conselhos, tanto de morte  
725 materna como CEPOIF precisam atuar mais dentro dos hospitais de pequeno porte. Falo dos hospitais  
726 filantrópicos, dos hospitais contratualizados que têm um plano operativo e que dentro deste eles trazem  
727 ações sim, ate mesmo vinculado à questão do recebimento do financiamento, digo para instituição e  
728 comitê de óbito materno e infantil ela é uma prerrogativa básica da existência, também fazer uma frente  
729 com esses hospitais seria muito oportuno, sem falar dos nossos hospitais da rede própria vinculando  
730 muito a questão da linha de cuidado. Uma questão Lilian já tocou, vivemos uma epidemia de cesárea e  
731 você colocou a importância das tecnologias, é importante termos ambientes preparados para cesárea, mas  
732 não perder de vista essa questão. Falo agora pela instituição formadora, a Universidade Estadual de Faria  
733 de Santana (UEFS), onde precisamos que os nossos professores, nossos formadores de opinião que estão  
734 aí sejam realmente qualificados, pois se preocupa muito com trabalhadores de saúde e esquece quem está  
735 na formação. Falo agora pela universidade, porque estamos um pouco distantes deste local. Também  
736 caracterizar melhor as mortes por violência e a escala de APGAR. Esta é uma nota que damos, ela foi  
737 muito discutida por causa do uso intensivo, a questão da anestesia e dos efeitos da anestesia nas crianças,  
738 e utilizamos dar uma nota hoje para a criança de um parto normal, então, a escala de APGAR precisava de  
739 uma discussão realmente junto à sociedade de pediatria.” O Senhor Secretário Geral parabenizou pela  
740 elaboração do cartaz, destacando essa importância, pois de certa forma atualizava todo e qualquer  
741 profissional de saúde com relação à classificação, as terminologias, ao pré-natal. “Isso é importante,  
742 porque não pode ficar na mão só de um, tem que ser de conhecimento geral, amplo. Como vocês disseram  
743 que tiveram uma parceria com o CREMEB, principalmente com as ações da 2º Dires, vou pela mesma  
744 linha de raciocínio, de que precisamos disso em toda a rede hospitalar, principalmente da gestão própria,  
745 mas expandir também para os prestadores de serviço complementar.” Salientou que a Rede não era  
746 composta só da gestão própria, mas, principalmente na questão da maternidade, como uma série de  
747 serviços complementares à gestão própria, então, esses serviços já estavam em redes de maternidade,  
748 inclusive de alto risco que precisavam ser orientados e ter aquelas determinações para todos. “Foi muito  
749 importante saber sobre as questões dos comitês municipais e câmeras técnicas, o quanto estão expandindo  
750 e quando precisam de certa forma ser ampliados, mas, vou ressaltar de que nos comitês municipais o mais  
751 importante foi o que a senhora falou, sobre a participação das organizações da sociedade civil. Me  
752 desculpem a questão técnica, científica, é o momento que a comunidade pode realmente intervir sobre  
753 como é ajudar a identificar indicadores que nem sempre estão tão aparentes, e poder identificar inclusive  
754 soluções. Isso é modelo realmente que o Controle Social tem que ressaltar de importante.” Destacou que  
755 havia gostado muito da capacitação para a vigilância do óbito, porque envolvia unidades de referência  
756 para o alto risco, pois este não se relacionava somente com HIV, hepatites virais, HTLV, mas outras  
757 patologias com morbidade que poderiam prejudicar não só saúde da mulher, da gestante, como do feto e  
758 do recém-nascido. Gostou também de ver o quanto aquela discussão era importantíssima para se  
759 apropriar, pela conexão que ela tinha com a detecção de determinantes, como a assistência dada à gestante  
760 já no pré-natal, o quanto se relaciona. “Já tivemos discussão sobre isso, como está a assistência à mulher  
761 durante a gestação, mas as duas coisas estão muito relacionadas, pois uma é determinante da outra e se  
762 não cuidarmos de uma parte pode ampliar. Gostaria de lembrar que é uns dos poucos serviços em que  
763 vemos falar sobre promoção à educação e saúde. Os serviços não param, as atualizações e capacitações  
764 não são para todos. Precisamos que os trabalhadores tenham atualização técnica, científica, mas vamos ter  
765 em um momento pensar porque não se dá nem sempre a questão da humanização, do atendimento, é  
766 porque os serviços não param. Até conseguimos retirar pessoas-chaves, mas os serviços não param e  
767 teremos que pensar de que os serviços em certos momentos precisam todos estar capacitados, e não só  
768 pessoas-chaves.” A Conselheira Déborah Dourado Lopes mencionou que não havia visto a apresentação,  
769 mas como estava representando o Ministério da Saúde, e o carro chefe desse Governo, programa que vai  
770 além da saúde, a Rede Cegonha, temos uma série de prioridades, gostaria de fazer algumas provocações e  
771 pegando carona no resíduo das falas de alguns conselheiros que ouviu falar ali que iria casar bastante.  
772 “Gostaria de reforçar que a atenção materno-infantil é prioridade há bastante tempo e hoje fazemos um  
773 casamento com uma série de ações transversais, tanto na atenção primária, média e alta complexidade e  
774 na vigilância. Realmente, temos muito que comemorar porque conseguimos alcançar as metas que  
775 pactuamos com o objetivo do milênio que era e redução da mortalidade infantil, todavia, porém, como a  
776 Lilian falou, precisamos ter um olhar extremamente cuidadoso em relação à questão da mortalidade  
777 materna e à mortalidade infantil. Já alcançamos a meta esperada, temos que compreender a diversidade e  
778 distribuição desses números dentro dos diferentes estados e regiões que guardam a relação direta com  
779 impacto na mortalidade infantil. Dizer que do ponto de vista da mortalidade infantil neonatal até sete dias,  
780 precisamos melhorar sensivelmente, precisamos conversar com a Rede, fazer melhores investimentos.”

781 Ressaltou que a Rede Cegonha fazia uma série de desafios no sentido de que as ações simplificadas na  
782 atenção primária mais que também desse continuidade na média e alta complexidade, ela fosse alcançada.  
783 “Mesmo tendo muito que comemorar temos que enfrentar uma série de desafios em relação à mortalidade  
784 neonatal, assistência materno- infantil e a mortalidade materna, nos colocamos no plano de frente na  
785 questão prioritária de uma ação de governo, a questão da Rede Cegonha com todas as críticas, com todas  
786 as coisas que foram incorporadas e os avanços que vamos progressivamente alcançados esperando  
787 realmente que as ações se efetive, que tenha melhor resolutividade e melhor olhar em relação aos  
788 números que estamos alcançando. Não é só a questão numérica, mas saber traduzir a realidade atrás dos  
789 diferentes contextos desses números representados.” O Conselheiro Washington Luís Silva Couto  
790 parabenizou pela apresentação, mencionando que como eram gestores e colega de trabalho, ficava sempre  
791 na posição de tentar ajudar, não só nas questões das respostas, principalmente de estar absorvendo as  
792 críticas, as sugestões, mas tinham muitas coisas boas. “Com certeza esses registros que trazemos aqui  
793 para o Conselho e o que retornamos, principalmente colaboram com o processo de trabalho que temos  
794 dentro da própria Secretaria. Aquilo que o próprio Moysés colocou, que a comunidade pode muito bem  
795 contribuir, muitas vezes transferimos todas as responsabilidades e fica no papel de fazer cobrança que é  
796 também um direito e um dever nosso de cobrar, acima de tudo, o de participar também faz parte, é  
797 necessário ter na gestão abertura, espaços institucionais abertos para que as pessoas, pastorais, possam  
798 participar, movimentos negros, movimentos de mulheres, para que todos venham realmente a contribuir.  
799 Algumas informações Lilian, com relação a serviço de verificação de óbito a nossa licitação foi no dia  
800 11/11/2013, onde estaremos reformando uma área que o Departamento de Polícia Técnica nos cedeu no  
801 Nina Rodrigues, um investimento de um milhão e duzentos mil reais, o processo licitatório dando ok  
802 iniciaremos.” Informou que Salvador não era a única capital que não tinha um serviço de verificação de  
803 óbito no país, eram poucas, não sabia dizer quantas, três ou quatro que não tinha ainda no país, mas  
804 Salvador infelizmente estava nesse campo. No entanto, tinha o de Eunápolis que conseguiu credenciar,  
805 legalizar e no próximo mês já iria receber recursos do Ministério todo habilitado. Pontuou que além de  
806 Eunápolis, Salvador, tinha também Vitória da Conquista, Feira de Santa e estava vendo na divisa entre  
807 Ilhéus, Itabuna um Serviço de Verificação de Óbito (SVO) naquela região. Respondendo a Jair, destacou  
808 que um conselheiro que tinha aquelas informações teria que levar a denúncia, protocolar, e não adiantava  
809 chegar ali falar que teve, porque primeiro, quando falamos temos que dizer: “olhe o documento com dia  
810 tal que aconteceu isso...” era necessário, já havia comentado aquilo ali, pois como conselheiros tinham  
811 um dever de ofício por ser conselheiro, se houvesse alguma coisa errada, conheciam as instâncias do  
812 SUS, tinha a Ouvidoria, controladoria interna, as duas estavam ali e em todas as reuniões se faziam  
813 presentes Elídia e Ana. Havia o 08002840011 que é da Ouvidoria para que se fizessem as denúncias, pois  
814 havia denúncias que poderiam ser feitas daquela maneira ali no Conselho, mais tinha que levar os  
815 documentos, não poderiam ficar mais abrindo fala, fazendo uma denúncia, esta ficava. “Não estou  
816 dizendo que não é verdadeira a denúncia, mas precisamos documentar as coisas para que tenhamos  
817 realmente mais efetividade, porque é uma Rede enorme o nosso time estar sempre atento e essa denúncia  
818 precisa ser documentada senão vou ficar com o acúmulo de receber tudo e não damos conta.” O Senhor  
819 Secretário Geral informou que aquele era um comentário para que todos aprendessem que era preciso que  
820 se promovesse provas, e estas muitas vezes seria a questão de documento formal, oficiado, pois daí seria  
821 levado subsídios real para a discussão. A Sra. Maria Rosário Ribeiro Barreto agradeceu a todos pelos  
822 comentários destacando que ficava muito feliz com aquilo, porque estavam vendo que no comitê estava  
823 cumprindo o seu papel. em relação ao que havia sido falado que Salvador está em caminho inverso,  
824 mencionou que o Comitê Estadual não daria para fazer no perfil de mortalidade pontuar todo o estado,  
825 pois quanto àquele assunto, enquanto havia sido conselheira do direito da criança e do adolescente  
826 representando a Secretária, solicitou da Secretária da Diretoria de Informação de Saúde a produção de um  
827 boletim e esperava que saísse aquele ano. “Desde o ano passado produzindo que vai falar do perfil da  
828 mortalidade da criança e do adolescente no estado da Bahia como foi via Conselho Estadual dos Direitos  
829 da Criança e Adolescentes pensaram e pediram por território de identidade que são os que eles trabalham,  
830 mas que vai poder estar detalhando várias questões que foram questionadas. Uma coisa que você fala de  
831 raça, etnia, local, o comitê tem um foco predeterminado, onde fazemos a análise pegando os dados.  
832 Pegamos somente realmente os perfis morte-mortalidade, um perfil um pouco mais resumido  
833 direcionando para nosso foco de ação. Entendo a colocação de Cristina em relação aos dados do  
834 Sisprenatal, sempre trabalhei com esses dados, ele ajuda realmente no processo de como está para pontuar  
835 tudo direitinho aqui. O que chega ao CEPOIF de análise e investigação é uma amostra muito pequena,  
836 nem por ser uma amostra pequena se vocês verem das recomendações ela abrange uma gama enorme, e o  
837 papel do comitê é justamente estar trazendo recomendações para que em nível das gestões nos locais  
838 municipal, estadual, possa estar discutindo e aprofundando investigação melhor no estudo. Realmente,  
839 enquanto comitê não tem como estarmos aprofundando muitos estudos nessa temática, esse não seria o  
840 papel, mais o pouco que chega, se vocês pegarem no relatório pouco detalhado por isso que não está

841 especificado o que foi caracterização da violência. Foi uma questão na época, agora não estou me  
842 lembrando, tinha relação com a violência, com a mulher, foi um caso dentro de todos que analisamos,  
843 então, não dá para ver esse perfil da mulher, se pode estar pedindo realmente estudo da Diretoria de  
844 Informação, mas como a questão foi direcionado muito à mulher ver com o comitê de estudo da  
845 mortalidade materna, aí estaria mais determinando.” Em relação às recomendações, colocou que as  
846 respostas é a que havia falado, o que encaminhou de recomendação tinham cobrado muito, não chegava e  
847 pontuou ali, mas só cinco responderam. “Dentro da estrutura do comitê de apoio administrativo nos ainda  
848 temos a SESAB, estou falando agora enquanto comitê, então a SESAB está devendo ao comitê esse apoio  
849 administrativo para que ele possa estar funcionando com uma maior efetividade. O comitê do óbito  
850 infantil sou a Secretária Executiva, sou um membro do comitê representando a Diretoria de Gestão do  
851 Cuidado, sou técnica da área de saúde da criança que não atua apenas com o comitê. Além do comitê são  
852 todas as áreas que atuo, capacitação, atenção à violência, triagem neonatal, temos um apoio  
853 administrativo que é um turno, muitas das coisas sempre digo, não temos como caminhar como  
854 esperaríamos. Em relação a atenção básica, o comentário que Marcos fez, tudo que faz meramente que  
855 você vê de relação, de recomendação ao pré-natal e atenção básica, as vezes começamos a brincar: se  
856 tivermos um pré-natal na atenção básica muito bem qualificado com diagnóstico precoce, exame sendo  
857 realizado em época oportuna com resultado, você vai minimizar em muito esses óbitos. O que vocês  
858 viram a soma dar 80% mais 32% e atenção à gestação, você dentro do pré-natal tem as outras vertentes  
859 em relação à qualificação. Isso dos 80%, em relação a atenção ao parto na maternidade tem várias outras  
860 ações, Cristina até pediu para chamar atenção em relação aos protocolos de maternidade no trabalho de  
861 parto prematuro e amniorrexe prematuro, essa é uma questão importante, vemos que chega e você não faz  
862 antibióticoterapia, não institui antibióticoterapia, não institui o que falei que é o corticóide para maturação  
863 pulmonar. Essa são ações que nas estratégias de pique é uma das ações que estamos trabalhando enquanto  
864 atenção básica, temos discutido isso para que já na atenção básica se você tem um trabalho de parto  
865 prematuro você já comece a fazer profilaxia com corticóide, porque você vai estar diminuindo, são ações  
866 que precisam encaminhar. Os acompanhamentos de orientações com as mulheres que perderam os filhos,  
867 como comitê realmente não temos, e trazemos para o Conselho um leque enorme de situações que o  
868 mesmo tem que estar se debruçando e trabalhando para estarmos vendo enquanto secretaria como atuar.  
869 Quando trabalhamos linha de cuidado, violência, a pessoa que trabalha com violência tem se trabalhado  
870 com isso. Como você fala da saúde mental isso é uma atenção, não tenho frente aos dados que temos. O  
871 acolhimento, o comentário que foi feito, Washington pontuou em relação à necessidade de estar  
872 documentando, e também o que pareceu, justamente enquanto comitê. O papel do comitê não é punitivo,  
873 ele é educativo, vocês sabem fazemos análise, recomendações para melhorias, nunca foram identificados  
874 essa ausência de não acolhimento com classificação de risco, foi traçado recomendações para essas  
875 unidades, essas recomendações são encaminhadas para o Secretário Municipal para ser trabalhada nas  
876 unidades e fazemos a cobrança de termo do Secretário, como está o cumprimento desse termo que muito  
877 temos a resposta.” Informou que já havia falado que Lilian havia comentado dos óbitos, a implantação do  
878 serviço de verificação de óbito o Dr.º Washington já havia respondido, indicadores do pacto, investimento  
879 da Rede Cegonha, “na realidade esse ano tivemos uma apresentação justamente por conta disso, de ver  
880 que está se investindo pela Rede Cegonha, de ter uma apresentação no comitê de como anda a  
881 implantação dentro do Estado, sabemos que estamos em fase de implantação e está se formando em várias  
882 regiões, mas esse não é um resultado que temos agora, é uma coisa que estamos em processo de  
883 implantação e implementação.” Em relação ao alto percentual de cesárea, colocou que nas investigações  
884 que tinha não dava para pontuar aquilo, portanto, no boletim iria aparecer, porque era uma das coisas que  
885 fazia, poderia estar discutindo no comitê que naquela análise que fazia do perfil pudesse tentar trabalhar  
886 aquelas ações, as questões contra as classes sociais, etnia e raça nas fichas de investigação nem sempre  
887 tinha. “Algumas poucas tem, podemos quando vem isso nos resgatamos as informações que estão no  
888 Sistema de Informação (SIM) para corrigir o sistema de informação e aí você melhorar as informação em  
889 relação ao SIM, mas esses dados mais detalhados realmente podem estar conseguindo através do Sistema  
890 de Informação. No comitê não são todas as investigação que chega, aqueles 47% não chegam ao comitê,  
891 porque não teria como ter pé, só chega o que não se conclui a inevitabilidade. É isso que estamos  
892 trabalhando, em cima da inevitabilidade desses óbitos. Os indicadores já comentei, a questão da SUREGS  
893 posso estar pontuando com a SUREGS para saber realmente como está esses acompanhamentos desses  
894 hospitais, mas, em relação ao APGAR, na realidade o que colocamos é que todas a recomendações  
895 quando se trabalhou nesse caso especificamente, APGAR dava uma ideia de um APGAR muito bom, por  
896 exemplo, de nota oito e que a criança fez o sofrimento fetal, isso não é bem adequado em relação ao  
897 APGAR. Este em relação a atenção foi o que chamei na reanimação neonatal, ele não é usado na  
898 reanimação neonatal, o APGAR pontua no primeiro minuto de vida e no quinto minuto de vida,  
899 precisamos no primeiro minuto de vida em relação a atenção do recém-nascido definir se ele vai precisar  
900 ou não de uma reanimação mais efetiva com ventilação positiva, então o APGAR não é utilizada, por isso

901 que a ênfase maior que vemos de capacitação chamamos muito a atenção, foi capacitação na atenção ao  
902 recém-nascido em sala de parto, porque essa sim vai mudar a perspectiva de vida da criança, não seja para  
903 morte não seja de seqüela, uma reanimação não bem adequada essa criança vai ter problema de  
904 desenvolvimento. Comitês municipais têm, mas é um ir e voltar, o cartaz terminologia perinatal pontuei  
905 no falar que tinha sido do ano passado, esse ano já foram reproduzidos mil cartazes e cinco mil desses  
906 pequenos que estão justamente sendo encaminhados essa semana ou a próxima correspondência para as  
907 diretorias regionais, com relação de todas as maternidades ou casa de parto que fazem parto eles vão estar  
908 recebendo um cartaz e três folhetos e dependendo da demanda vamos estar disponibilizando mais,  
909 portanto, todos vão estar recebendo esse material.” Agradeceu a todos pelos comentários colocando que  
910 esperava no próximo ano a presidente estar apresentando. “Como tivemos mudança na presidência esse  
911 ano, Dr.<sup>a</sup> Alicia, apesar de ser a vice ela está em viagem fora do país, não pôde estar participando nem da  
912 outra nem dessa, por isso que apresentei, mas espero que na próxima ela possa e espero também que na  
913 próxima possamos apresentar mais cedo, e assim que aprovar o relatório pediremos pauta para fazermos a  
914 apresentação.” O Conselheiro Jair Alves dos Santos informou que Rosário e Washington explicaram  
915 corretamente, mas havia ficado na dúvida, porque o que ele relatou estava ocorrendo de fato, porém não  
916 havia conseguido provas escritas para levar, inclusive até a imprensa esteve visitando o hospital. “Vocês  
917 viram que teve algumas coisas graves na Maternidade José Maria de Magalhães Neto, outra situação, o  
918 comitê tem que fazer visita também aos hospitais, às maternidades para ver como está o comitê, não só  
919 ele faz articulação à documentação, todas trazem para apresentar, mas tem que colher dados, visivelmente  
920 visitar, verificar. Como conselheiro, vou aos hospitais, visito, vou constatar para ver se está tendo alguma  
921 coisa, ver se tem alguma coisa errada, faço meu relatório, trago e passo para aqui. O comitê não é só para  
922 colher dados, pegar as estatísticas, trazer para aqui, mas, tem que visitar, saber o que está ocorrendo, saber  
923 por que está ocorrendo, inclusive temos uma comissão que é de visitar os hospitais, maternidade, as casas  
924 filantrópicas, tem algumas pessoas que fazem parte dessa comissão inclusive eu, então, precisamos  
925 retomar essa posição de visita para colhermos mais dados, para provarmos aqui que as coisas não  
926 estão acontecendo porque se precisa de mais ações, energia para que as coisas aconteçam. Trazemos os  
927 dados, verificamos os dados, nos passa tudo bonito, mas as ações, o que está sendo feito para melhorar, o  
928 que pode combater? Como já falei, precisa qualificar mais os profissionais, pois têm profissionais que não  
929 dão a mínima importância, o paciente chega, ele não dá a mínima importância, diz que não está na hora,  
930 que é para ir embora e voltar outro dia, quando a paciente chega já em trabalho de parto subdesenvolvido,  
931 o que vai acontecer é um parto com problema, crianças com problemas, óbitos, as consequência virão  
932 depois e as seqüelas que irão ficar.” A Sra. Maria Rosário Ribeiro Barreto informou que o comitê vinha  
933 atuando, esteve em Euclides da Cunha, Mata de São João, trabalhava enquanto Comitê Estadual para o  
934 Comitê Municipal estar atuando nesse papel, porque não tinha como o Comitê Estadual atuar em casa, o  
935 Município de Salvador tinha um comitê infantil, parou ano passado, mas quando funcionava fez visita a  
936 algumas maternidades enquanto comitê infantil. “Era membro desse comitê, ele foi reformulado e o  
937 comitê de Salvador agora é um comitê materno infantil e fetal que ainda não tomou posse, ele foi agora  
938 modificado, é um decreto do prefeito enquanto comitê. Concordo com você, enquanto comitê é uma  
939 estrutura pequena de várias instituições, e realmente estamos trabalhando para que os comitês municipais  
940 façam sua parte enquanto município, porque não damos conta.” O Senhor Secretário Geral agradeceu a  
941 Dr.<sup>a</sup> Rosária por todas as explicações, pela apresentação pontuando que pudessem também receber o  
942 boletim que fosse produzido e o relatório, porque havia conselheiro que nem sempre poderia estar  
943 presente nas reuniões, e se recebessem os relatórios e o boletim em formato eletrônico poderiam distribuir  
944 para todos, independente de estarem presentes ou não. “Lembrando ao Controle Social, tem certas  
945 questões que podemos cobrar tanto a responsabilidade do Estado quanto município a depender de onde  
946 estejamos residindo. Salvador tem certas questões que não serão aqui resolvidas, podemos até pontuar,  
947 mas cabe nossa atuação enquanto Controle Social diretamente às secretarias, porque como foi citada aqui,  
948 enquanto a saúde tiver que ser tratada por decreto de prefeito sem passar por Secretário de Saúde ou pelo  
949 Conselho Municipal de Saúde estamos meio que invertendo as ordens das coisas, que o Controle Social  
950 tome intento disso e possa se apropriar. Temos uma questão só para resolver que é a seguinte: na  
951 comissão do CEPOIF temos dois conselheiros envolvidos, talvez esse seja o momento de podermos  
952 pontuar isso, um é o conselheiro Jorge Geraldo que se encontra aqui presente e a outra era a conselheira  
953 Fátima que representava o Movimento de Mulheres. Nesse momento gostaríamos de verificar entre os  
954 conselheiros se já podemos inclusive atualizar este comitê que tem nossa participação enquanto  
955 conselheiro para que não fique faltando um conselheiro, que queira de repente apresentar uma candidatura  
956 para já atualizar o comitê, seria bem vinda nesse momento.” A Conselheira Lilian Fatima Barbosa  
957 Marinho mencionou que havia sido consultada, aceitou, pois se estava no Movimento de Mulheres e este  
958 estava na condição de suplente, poderia permanecer na condição de suplente, sem problema. O Senhor  
959 Secretário Geral perguntou se teria mais algum conselheiro que gostaria de se apropriar daquela  
960 participação, então poderia conduzir de que a Conselheira Lilian que havia sido empossada

961 automaticamente já passasse também a compor o CEPOIF na condição de suplência. “Sem falar que no  
962 momento que conselheira tomar posse nesse Conselho recebemos uma notícia muito boa da instalação de  
963 algumas coisas que há muito tempo se pretendia receber, e em primeira mão isso juntamente nessa  
964 reunião já é muito bom.” Colocou a ata da 202ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde em  
965 discussão e votação que foi aprovada à unanimidade. Fez alguns informes sobre a pauta de reunião que  
966 inclusive, havia sido modificada, onde teriam como segundo ponto de pauta da reunião a apresentação da  
967 Lei nº 12.56 que instituía a Política Estadual de Educação Ambiental e das Ações da Comissão  
968 Interinstitucional de Educação Ambiental (CIES) que seria realizada pelas Senhoras: Ana Maria Matos da  
969 Diretoria de Educação Ambiental para a Sustentabilidade o SEMA, e, no entanto havia comunicado que  
970 tinha sido chamada às pressas pelo órgão que representava para uma reunião, portanto não poderia fazer a  
971 apresentação naquele dia. Ou seja, haviam perdido uma das pautas da reunião e para além daquilo no  
972 período da tarde teriam duas pautas que seriam o Parecer do Relatório de Gestão de 2011 da SESAB, e o  
973 Parecer do Relatório de Gestão de 2012, ambos sobre a responsabilidade de relatoria da conselheira  
974 Isadora Oliveira Maia e do conselheiro Sílvio Roberto dos Anjos e Silva, no entanto por uma questão do  
975 que havia sido remetido documento e não ter havido tempo hábil, para que se mandasse para todos os  
976 conselheiros, o que prejudicou de certa forma a análise e não tinha naquele momento. O conselheiro  
977 Sílvio Roberto que era o responsável por um dos pareceres especificamente e só estava presente a  
978 conselheira Isadora Oliveira e para que não prejudicasse aquela pauta, foi solicitado que se transferisse  
979 para o mês de dezembro no mais tardar, por se tratar de uma pauta que estava há muito tempo transitando  
980 e, portanto no período da tarde teriam que tratar de questões do “O Que Ocorrer” e teriam de encerrar as  
981 atividades daquela reunião. Destacou que no “O Que Ocorrer” tinham alguns assuntos já anotados e que  
982 estavam no cronograma de todos, e o primeiro seria a instituição do Grupo de Trabalho (GT) de Educação  
983 Permanente para o Controle Social. O conselheiro Jorge Geraldo de Jesus Rosário respondeu para a  
984 Senhora Elisabete que respondesse, mas gostaria de reforçar as palavras da Secretária Executiva do CES  
985 no sentido de que o comitê fosse realmente instalado em detrimento do CES, estar perdendo. Salientou  
986 que estiveram no primeiro momento em Brasília no primeiro grupo de estudos e recentemente no segundo  
987 grupo de estudos, que existia uma mobilização em nível nacional atualmente da Saúde permanente  
988 estavam perdendo muito, porque inclusive existiam projetos e recursos que poderiam ser enviados para a  
989 Bahia e certamente a Bahia e os usuários teriam a ganhar, então reforçou junto aos conselheiros, apoio  
990 àquela formação e que certamente o Senhor Secretário Jorge Solla e a Secretária Executiva do CES e  
991 Elisabete, que participaram do segundo momento e tinham todas as informações pertinentes para dar e  
992 deixou a palavra com Senhora Elisabete. A Senhora Elisabete Lima de Moraes informou que na verdade  
993 já estavam constituídas em todo o Brasil, as comissões de Educação Permanente para o Controle Social,  
994 que também englobava o Programa de Inclusão Digital – PID, Sistema de Acompanhamento dos  
995 Conselhos de Saúde (SIACS) e o Quali Conselhos o que na verdade a grande preocupação era maior pelo  
996 Quali Conselhos que havia sido uma capacitação que teve a responsabilidade da Escola Nacional de  
997 Saúde Pública / Fundação Osvaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ) e que realizou em todo o país, através da  
998 Educação à Distância, e para a Bahia foram cedidas quinhentas e vinte e duas vagas, e conseguiram  
999 inscrever quatrocentos e cinquenta conselheiros, sendo no primeiro momento de imediato, noventa e  
1000 quatro desistiram e houve uma evasão no final, de duzentos e cinquenta e nove. Então para a qualificação  
1001 do Quali Conselhos, foram gastos R\$ 37.000.000,00 (trinta e sete milhões de reais), então teriam que  
1002 instituir mesmo, aquela comissão para acompanhamento e avaliação, também não só para o Quali  
1003 Conselhos, mas para outras capacitações que tivessem que fazer e principalmente avaliar o Quali  
1004 Conselhos, e a idéia seria que de posse da comissão, a mesma seria constituída e reuniriam logo na próxima  
1005 semana, a idéia seria também fundar o fomentar o Fórum de Educação Permanente para o Controle  
1006 Social, onde convidariam não só os conselheiros, mas também todas as instituições que estivessem ao  
1007 redor e discutissem educação permanente para o controle Social, como: universidades e movimentos  
1008 sociais, a idéia seria fazer tudo aquilo até o mês de março. Então aquela comissão teria de debruçar  
1009 fazendo todas as proposições do fórum, e o instalasse já no máximo em março. Observou-se também  
1010 durante a reunião a existência de alguns estados que já tinham aquele fórum, como exemplo: o Estado de  
1011 Mato Grosso do Sul que já possuía o Fórum de Educação Permanente para o Controle Social. Salientou  
1012 que o desejo era mesmo acelerar pelo fato de terem parado muito tempo, durante o período todo onde a  
1013 Comissão de Acompanhamento tentou fazer uma proposta de educação permanente e acreditava, que as  
1014 coisas se misturaram um pouco e destacou que não estava ali, afirmando ou negando que elas deveriam  
1015 sim brincar, no entanto não andou muito e como a comissão para educação permanente, foi uma resolução  
1016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS se preocupavam que a Bahia ficasse aquém dos outros estados,  
1017 então gostariam muito de contar com todos e aqueles que estivessem em outra Comissão de  
1018 Acompanhamento, poderiam e deveriam participar daquela comissão também, de educação permanente  
1019 para o Controle Social. O Senhor Secretário Geral salientou que todos precisavam formalizar a criação do  
1020 GT de Educação Permanente para o Controle Social, onde teria que ser publicada uma resolução do CES

1021 afim de que pudessem dar corporalidade ao GT e encaminhar as necessidades do Controle Social para a  
1022 Educação Permanente e não daria mais para continuar daquele jeito. A Senhora Elisabete Lima de Moraes  
1023 – Secretária Executiva do CES informou que a comissão deveria ser paritária, lembrou e pediu desculpas  
1024 pela sinceridade, que a Comissão de Acompanhamento aos municípios nas suas reuniões atualmente só  
1025 apareciam três ou quatro pessoas, para participarem já que foram dezesseis que se inscreveram. então  
1026 solicitou que as pessoas que quisessem mesmo acompanhar, seriam as mesmas que deveriam se inscrever,  
1027 e se achassem que seriam quatro ou oito, os próprios conselheiros que iriam resolver. Então ficou  
1028 decidido: Déborah Dourado pela gestão, Cristina Camargo pelos prestadores, Jorge Geraldo e Jair pelos  
1029 usuários. O Senhor Secretário Geral informou que já tinham o mínimo de paridade possível e se mais  
1030 algum outro conselheiro desejasse, ainda poderiam agregar a questão era terem visto que a prática dizia  
1031 que mero quantitativo, não tinha resolvido as necessidades do CES, que era efetivar a funcionalidade dos  
1032 GT's, ou seja, que eles mesmos trabalhassem e promovessem avanços para todos. A Senhora Elisabete  
1033 Lima de Moraes destacou que estava chamando de GT'S, porque no Regimento do CES só há três  
1034 comissões e nos outros estados estavam como comissões, mas como o CES só tinha regimentalmente três  
1035 comissões, chamavam de GT. O Senhor Secretário Geral informou que o segundo ponto do “O Que  
1036 Ocorrer” seria a questão que o conselheiro Walney Magno participaria da 5º Conferência Nacional de  
1037 Saúde Indígena, que ocorreria do dia 26 ao dia 30 de 2013. Com relação ao ponto três, pediu a todos que  
1038 tivessem em mãos o roteiro da reunião, para que pudessem acompanhar a leitura. O conselheiro  
1039 Washington Luís Silva Couto perguntou se quando o conselheiro Walney falou que participaria seria  
1040 porque o mesmo já havia sido escolhido na estadual? A Senhora Elisabete Lima de Moraes explicou que  
1041 quando a Organização Panamericana de Saúde (OPAS) mandou o convite, já foi dando limite até o dia 05  
1042 de novembro que foi quando a Mesa Diretora, iria se reunir e a mesma levou para a Mesa Diretora  
1043 discutir onde foram indicados os nomes dos conselheiros: Walney Magno e Célia Alexandria então a  
1044 conselheira Célia desistiu porque iria culminar com a Conferência Municipal de Saúde de Salvador a qual  
1045 a mesma fazia parte, porém a conselheira Célia achou que não deveria participar e que outra pessoa fosse  
1046 indicada e quando entregou o e-mail à conselheira solicitando outra inscrição no seu lugar que já havia  
1047 passado o prazo e não havia mais condições. O conselheiro Washington Luís Silva Couto informou que  
1048 achava legítimo e na sua opinião, teria que ser o conselheiro Walney mesmo no entanto gostaria de saber  
1049 se ele havia sido escolhido na estadual, no entanto já estava esclarecido que foi mais uma vaga que se  
1050 abriu para um conselheiro estadual. O Senhor Secretário Geral comentou que atualmente vinham sendo  
1051 surpreendidos por uma série de eventos e convites onde eram chamados Conselheiros Estaduais de Saúde,  
1052 mas geralmente era posterior ao deliberavam quem eram nas nossas reuniões. A Mesa Diretora tinha  
1053 tentado em vários momentos porque era sempre urgência e o prazo era dado de um ou dois dias para que  
1054 deliberassem uma representação, e o que vinha sendo colocado até para a Secretaria Executiva em muitos  
1055 momentos que procurassem alguns conselheiros que tivessem afinidades com o tema do evento ao qual  
1056 estavam sendo convidados. A conselheira Célia Maria Alexandria de Oliveira salientou que em relação à  
1057 representação na Conferência Indígena ela estava na mesa e naquela situação já colocada teria que  
1058 indicar um trabalhador ou perderiam o prazo, então já estavam apenas ela e o conselheiro Moysés e o  
1059 mesmo sugeriu que ela participasse representando os trabalhadores, então a mesma aceitou pelo fato de já  
1060 ter realizado um trabalho com os indígenas e que inclusive conhecia todos da região, do Estado da Bahia  
1061 e tinha um prazer muito grande de ter sido a pessoa que reuniu todas as chefes mulheres de aldeias na  
1062 Bahia, o que era uma situação muito interessante de se chamar a atenção pelo fato de serem mulheres  
1063 chefes de aldeias que inclusive no seu curso da universidade havia também feito e antropologia do negro  
1064 então se sentiu capacitada a fazer a representação, no entanto a questão da agenda da Conferência  
1065 Municipal, então a mesma optou pela Conferência Municipal de Saúde. Porém o interesse do conselheiro  
1066 Edson, do Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Contendores de Doenças Endêmicas e  
1067 Epidemiológicas do Estado da Bahia (SINDACS-BA) para participar já que o mesmo tinha um trabalho  
1068 ligado aos Agentes Comunitários embora os indígenas tivessem aquela representação em termos de  
1069 Agentes Comunitários própria, mas seria uma forma do CES fazer uma espécie de transversalidade na  
1070 questão. Salientou que foi apenas uma forma de citar porque ela aceitou. O Senhor Secretário Geral  
1071 comunicou que no mês passado na 202ª Reunião do CES havia citado também o Iº Seminário Integral da  
1072 População LGBT porque mais uma vez havia recebido o convite após a reunião e sempre de formas  
1073 intempestiva tendo que mandar em dois dias o nome e tudo mais e o único homossexual identificado foi  
1074 ele, então esperava que em outros eventos as temáticas fossem tão difíceis de encontrar um representante  
1075 e que quisesse assumir a sexualidade ali, estava também facultado, mas precisava que todos assumissem e  
1076 estavam tentando indicar que as pessoas assumissem responsabilidades diante das representações que  
1077 exerciam ali. Destacou que não era do Movimento LGBT, mais iriam tentar trazer para o CES alguma  
1078 coisa e principalmente que os conselheiros que iam para os eventos que depois produzissem algum tipo  
1079 minimamente de informes sobre o que viram e ouviram ou trouxessem as apresentações. Citou ainda que  
1080 há pouco tempo ali no CES no final de 2011 ele havia participado de um Seminário Sobre Tuberculose

1081 em População em Situação de Rua, onde trouxe os arquivos para o CES logo após o evento com o seu  
1082 relatório e por incrível que parecesse no seu computador todos os documentos foram perdidos e o  
1083 documento que havia encaminhado por mais que tivesse trazido com o pen drive e deixado na reunião,  
1084 não se registrou e não havia sido mandado para os outros conselheiros e esse ano foi cobrado “cadê o  
1085 documento que foi tirado da Bahia?”, e perdeu-se o registro totalmente então, quando trouxessem para o  
1086 CES teriam que trazer formalmente e indicar o fato para que não se perdesse as suas ações como  
1087 conselheiros. Com relação ao ponto de pauta três, solicitou a todos que lessem o roteiro da reunião onde  
1088 citava que o “ofício encaminhado pela Presidente da CEAPLER, de nº 014/2013, e que solicitando a  
1089 anulação da eleição do segmento de usuários das seguintes representações: um representante do Fórum  
1090 Organizadas em Saúde, a titularidade e a suplência, um representante do Fórum de Combate à Violência a  
1091 titularidade e a suplência e um representante do Fórum de Entidades do Movimento Racista titular e  
1092 suplência, que compõe o CES tornando-se necessário dar início a outro processo com publicação de um  
1093 edital específico que contemple o Regimento Interno e as Resoluções de forma correta e que tenha a sua  
1094 aprovação, homologada pelo pleno do Conselho”. O conselheiro Washington Luis Silva Couto solicitou  
1095 que o documento fosse lido na íntegra. O Senhor Secretário Geral informou que iriam fazer a leitura  
1096 naquele momento já que no roteiro apenas citava sobre o ofício. A conselheira Célia Maria Alexandria de  
1097 Oliveira (leitura do Ofício /CEAPLER nº 014/2013) “Ilmo. Senhor Doutor José Jorge dos Santos Pereira  
1098 Solla, presidente do Conselho Estadual de Saúde da Bahia nesta, Prezado Senhor, o (CEAPLER) Centro  
1099 de Estudo, Prevenção e Apoio aos portadores de LER/DORT enquanto entidade com representação em  
1100 vários fóruns do Controle Social inclusive no Conselho Estadual de Saúde da Bahia, no segmento de  
1101 usuários vem a público se manifestar quanto ao processo deflagrado para a eleição do segmento de  
1102 usuários que deverão compor o CES/Bahia para o período 2014/2015 quais são: Fórum de Combate à  
1103 Violência, Fórum de Combate a Racismo e o Movimento de Mulheres Organizadas em Saúde, em reunião  
1104 da diretoria executiva da entidade através do nosso representante o conselheiro Fernando Dantas, no  
1105 CES/Bahia tomou conhecimento do processo eleitoral em curso dos três segmentos acima citados do qual  
1106 faremos considerações a seguir: conforme Regimento Interno do CES/Bahia, capítulo IVº da composição  
1107 no seu Artº. 6º e no parágrafo único especifica a metodologia de eleição dos segmentos e da escolha de  
1108 seus representantes, conforme a Lei nº 12053, de 07/01/211 em seu Artº. 6º e no parágrafo único  
1109 referendado o Regimento Interno desse Conselho, no que tange ao processo de eleição das representações.  
1110 Conforme edital de convocação, para a eleição dos segmentos baseada na Resolução nº 04/2011 que se  
1111 refere ao processo eleitoral anterior a 2012/2013, constata-se nesse momento irregularidade por entender  
1112 que a Resolução e o Edital não contemplam o processo em curso. Considera-se também a forma  
1113 intempestiva como a Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Saúde da Bahia, publicou o referido  
1114 Edital, à revelia do Pleno do Conselho. Perante as nossas considerações deixa-nos perplexos a violação de  
1115 direito do exercício pleno da democracia e da cidadania através do processo eleitoral das representações  
1116 que compõem essa instância do Controle Social, que está subscrita na Carta Magna e definida na Lei  
1117 Orgânica da Saúde de nº 80142 de 28/12/1990. Diante dos fatos o CEAPLER definiu por considerar a  
1118 necessidade de garantir a legalidade e legitimidade do funcionamento de tão importante instância do  
1119 Controle Social CES/Bahia, solicitar a anulação do atual processo eleitoral já que até a presente data não  
1120 houve a publicação de uma resolução reconduzindo as entidades e instalando o processo de eleição dos  
1121 segmentos acima citados, que compõem um Conselho salientando ainda que, os segmentos aqui citados  
1122 foram convidados a participarem da composição do CES/Bahia na gestão 2012/2013, conforme  
1123 fundamentação teórica e jurídica e mediante os equívocos do processo instalado para a eleição do  
1124 CES/Bahia, torna-se necessário dar início a um outro processo com publicação de um edital específico,  
1125 que contemple o Regimento Interno e as Resoluções de forma correta e que tenha a sua aprovação  
1126 homologada pelo Pleno do Conselho, assim sendo o CEAPLER, espera ser atendido nesse pleito, caso  
1127 contrário seremos obrigados a ingressar com uma representação no Ministério Público Estadual da Bahia.  
1128 Atenciosamente Maria Ângela da Mata Santos, Presidente. O Senhor Secretário Geral leu também o  
1129 Ofício nº 844/2013 datado de 04 de novembro de 2013, encaminhado pelo Centro de Apoio Operacional  
1130 de Defesa da Saúde (CESAU) do Ministério Público do Estado da Bahia “onde cita o seguinte: Ilmo.  
1131 Senhor Francisco José Souza e Silva Vice Presidente do Conselho Estadual de Saúde da Bahia nesta, O  
1132 documento de referência é o de nº 0300130688652 a data é de novembro e o assunto: irregularidade e  
1133 falta de transparência no processo eleitoral, do Conselho Estadual de Saúde para o biênio 2014/2015.  
1134 Senhor Vice Presidente cumprimentando cordialmente e em atenção à correspondência eletrônica  
1135 encaminhada a essa coordenação, comunico à V. Sa. sua distribuição mediante sorteio eletrônico a 7ª  
1136 Promotoria de Justiça da Cidadania, com atribuição na área de saúde sobre a titularidade da Promotora de  
1137 Justiça Cláudia Luiza Ribeiro Eupídeo salientou que competia ao Centro de Apoio após o recebimento de  
1138 ações dessa natureza, por ceder tão somente à distribuição dos autos em razão da vedação legal da prática  
1139 de execução por esta coordenação, CESAU. Artº. 33 Inciso 5º da Lei Federal nº 80625/93.  
1140 Atenciosamente, Rogério Luiz Gomes de Queiroz, Promotor de Justiça, Coordenador da CESAU”.

1141 Salientou que foi o ofício enviado pela CESAU, e de ordem no que constava no ponto três do “O Que  
1142 Ocorrer”, tinha aqueles dois documentos dando conhecimento naquele dia no caso oficialmente a ele  
1143 enquanto primeiro Secretário da Coordenação Executiva do CES, pois foi naquele dia que tomou  
1144 conhecimento apesar de já ter sido encaminhado à Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Saúde, o  
1145 que os remetia ao fato de que a CEAPLER, que era uma instituição de usuários do segmento patologia  
1146 entrou com um pedido ao Presidente do Conselho Estadual de Saúde Doutor Jorge Solla, para a anulação  
1147 das representações que foram feitas há pouco tempo atrás a eleição, e ao mesmo tempo também tinham  
1148 remetida ao CES pelo Senhor Francisco José Souza e Silva, ao Ministério Público do Estado da Bahia  
1149 através de e-mail, para que eles recebessem, acatassem e verificassem a ilegalidade de certa forma do  
1150 processo eleitoral do CES. Então gostaria de primeiro ouvir algumas manifestações dos conselheiros  
1151 sobre o ocorrido, diante de que não queria se manifestar de forma pessoal e posteriormente faria algumas  
1152 análises, mas deveriam também como havia sido citado mais cedo, instituir um GT que pudesse fazer  
1153 uma análise de todo o processo com que começa aquele tipo de contestação interna e para que pudessem  
1154 emitir um parecer enquanto CES, então gostaria de ouvir as manifestações de todos os conselheiros sobre  
1155 o assunto. O conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio lembrou que na reunião anterior do CES  
1156 havia saído até com o sentimento de que tinha aproveitado a ausência do Vice Presidente o denunciante, o  
1157 que causava estranheza já que as pessoas faziam parte da Mesa, propôs junto o processo teve o direito de  
1158 acompanhar o processo e se houvesse algum tipo de irregularidade o que não houve o próprio também  
1159 seria irresponsabilidade por cumplicidade ou por também ter contribuído para que aquilo acontecesse, e  
1160 quando falou na reunião anterior foi censurado e até pediu desculpas logo após, ter se aproveitado da  
1161 ausência, mas aquilo demonstrava a imaturidade que o vice-presidente estava tendo com relação às suas  
1162 atitudes, e quando fez aquela avaliação as pessoas disseram que estava aproveitando a ausência o que ele  
1163 respondeu que assim quando ele estivesse presente faria a mesma observação. No entanto infelizmente,  
1164 receberam o comunicado que houve uma provocação do vice-presidente que talvez na sua avaliação  
1165 deveria ter ido a Plenária e notificado aquele Pleno das possíveis irregularidades na visão dele que a partir  
1166 do momento que foi colocada aquela situação o mesmo colocou particularmente, primeiro porque não se  
1167 tratava de um sentimento da Mesa. Houve também uma deliberação do Plenário que retardou o processo  
1168 de posse das entidades o que se remeteu à criação de uma outra comissão depois do processo todo  
1169 instituído o que não dava para novamente serem surpreendidos com uma atitude imatura. Sugeriu que ao  
1170 invés de abrirem uma comissão que inclusive para dar a resposta já existia que foi uma comissão que foi  
1171 instituída para homologar o processo e a comissão que deveriam ter ali já seria a Comissão de Ética e  
1172 acreditava que uma pessoa daquela não deveria estar na Mesa do Conselho porque primeiro para estar na  
1173 Mesa, teriam que ser pessoas que buscassem o consenso, o diálogo e a conciliação e não poderia se ter  
1174 atitude como aquela, acreditava que deveria se ter um Conselho de Ética e também já deveria ter uma  
1175 Comissão que preparasse a eleição da nova Mesa do CES. Já houve a recondução dos conselheiros, um  
1176 novo processo eleitoral e precisavam eleger uma nova Mesa que pudesse imparcialmente e não dizer que  
1177 os outros membros o que parabenizava a posição dos demais, mas não podiam a remeter que a Mesa  
1178 Diretora tomou posição já que a parte interessada no processo, era o vice-presidente o que ele não  
1179 compreendeu qual seria o papel dele, porque acabava sendo o acusante e levantava a idéia de que havia  
1180 uma irregularidade na qual acabava também se houvesse a condição de haver alguma irregularidade e o  
1181 mesmo ser o cúmplice e acabava sendo a vítima e o criminoso, e não entendia como uma pessoa tomava  
1182 uma atitude daquela. No mais colocou que esperava que o Pleno pudesse reforçar o que foi deliberado na  
1183 última reunião e que formassem uma Comissão de Ética que pudessem estar discutindo para que não  
1184 houvesse brechas com outras situações futuras já que lembrou que não foi o primeiro fato, na eleição do  
1185 primeiro representante de plenária ao final de todo o processo houve gritos e acusações de que houve  
1186 manobra da Mesa da qual acompanhou todo o processo de que mandou pessoas embora, o que foi  
1187 provado o contrário e novamente a segunda tentativa o que acreditava que teriam de tomar uma posição  
1188 enquanto Pleno do CES. O Senhor Secretário Geral lembrou que até a presente data e inclusive era a  
1189 segunda reunião que trazia porque depois do processo da Plenária, mais uma vez trazia para o CES  
1190 porque graças à Deus ele não era candidato à nada no processo de Plenária e não pretendia mais ser  
1191 candidato a nada dentro do CES, e já lhe bastava a função de Secretário e de conselheiro. Naquele dia  
1192 especificamente ficou segurando os crachás das pessoas que foram se inscrevendo não só para votação, e  
1193 em determinado momento as pessoas foram, votaram e entregaram os crachás e uma das contestações foi  
1194 que estavam faltando pessoas para votar porque tinham saído quando na realidade as pessoas tinham  
1195 votado entregue os crachás ali na Mesa e muitas deixaram com a Mesa porque foram embora, porque  
1196 tinham compromisso para retornarem. Então eram 11 (onze) crachás que tinha em suas mãos desde o dia  
1197 da plenária e por pouco não entregou à Secretaria Executiva do CES, mas iria manter em suas mãos como  
1198 a prova viva, que em determinado momento aquela situação em alguns instantes e atualmente diante do  
1199 que estava acontecendo era como se ele próprio como Secretário do CES, estivesse sendo acusado  
1200 diretamente de maquinações quando estava ajudando o processo, não era candidato e não tinha nenhum

1201 tipo de interesse por trás então adoraria já que o Ministério Público era para aquilo não tinha poder de  
1202 polícia, mas adoraria ser chamado para um depoimento. Inclusive havia coisas que preferiria se reservar  
1203 ao direito de não citar ali para não criar mais problemas, no entanto seria bem franco que naquele  
1204 Conselho Estadual de Saúde, ele não conselheiro Moysés e sim a pessoa não tinha conflito de interesse  
1205 nenhum de ordem político partidária, graças à Deus e quem quisesse ficar com as suas convicções e quem  
1206 quisesse ser filiado a quem quer que fosse, que fosse e passasse muito bem, já que ele não se envolvia  
1207 com aquilo e detestava que pessoas levassem para aquele campo que deveria ser da defesa da saúde  
1208 pública, campos de disputa de poder de político partidário, salientou que estava falando na sua condição  
1209 pessoal porque aquilo o ofendia, segundo que o Fundação Estadual de Saúde do Estado da Bahia -  
1210 FESBA teve um compromisso de agenda e planejamento de todo o ciclo das plenárias tanto as etapas  
1211 regionais quanto a estadual, onde uma das partes contestadores que seria o Senhor Francisco esteve  
1212 envolvido diretamente em todas as fases da organização desde a elaboração do Regimento até a agenda  
1213 que todos os conselheiros onde alguns participaram das plenárias regionais e foi de muito bom grado  
1214 naquele caráter que em um serviço de relevância pública fazer o seu papel como conselheiro, não era e  
1215 não foi candidato a nada e quando foi graças à Deus com as companheiras que estiveram juntas em Feira  
1216 de Santana e em Salvador, tiveram total isenção e nenhum deles eram candidatos a nada e foram com o  
1217 propósito de fortalecer o Controle Social do SUS, esse foi o objetivo. Com relação às plenárias regionais  
1218 e a interação dos conselheiros ali muitos dos conselheiros tinham noção da questão de campanhas por  
1219 candidaturas, prévias e autopromoção utilizando o espaço privilegiado das próprias plenárias regionais  
1220 que era o que estava acontecendo, e para ele o espantava porque as mesmas pessoas que naquele  
1221 momento contestavam eram abertamente candidatas a serem de certa forma representantes da Plenária no  
1222 Estado da Bahia. Ressaltou que gostaria que para além de um posicionamento de conselho, que poderiam  
1223 apresentar, porém não conseguia entender em que momento tiveram problemas no processo, como  
1224 quando não conseguiram cumprir as datas do Edital o que ficou bem claro, mas o atingia enquanto  
1225 secretário de uma Mesa Diretora daquele Conselho o fato de quem estava presidindo a reunião era o  
1226 próprio quando não deveria, quando deveria ser a parte contestadora e que não se fazia presente e nem  
1227 levou para o debate a questão. Então se espantava com aquilo porque quem teve que conduzir, peitar e  
1228 procurar de forma democrática, participativa e coletiva uma solução, foi ele que encaminhou as questões  
1229 ou seja, aquilo o afetava porque quem teve que buscar uma solução foi ele diante dos problemas que  
1230 tiveram. Soluções não foram tomadas pela Mesa Diretora, e sim ali naquele espaço coletivo que era da  
1231 plenária legítima do CES, e aquilo que a plenária resolveu como solução foi adotado, cumprido e deram  
1232 homologação ao processo que precisava ser finalizado. Destacou ainda que as pessoas que havia tomado  
1233 posse ali, na sua visão pessoal e graças a Deus não lhe interessava se as mesmas estavam em algum  
1234 partido ou não, para ele entraram grandes ativistas do Controle Social ali. Salientou que só iria se  
1235 posicionar na medida do possível somente depois que a comissão, já que estava sendo solicitado que fosse  
1236 a mesma comissão do processo eleitoral onde fazia também parte da mesma, então durante o processo  
1237 gostaria de se manifestar sobre o assunto e que apresentassem todos os documentos que tinham que  
1238 seriam: o Edital, as Atas em que planejaram o Edital, tudo que foi construído em aberto ali, e a única  
1239 coisa que se constatou no momento foi que o Edital não foi feito pela Mesa Diretora e não foi estipulado  
1240 nem pela Secretaria Executiva, mas havia sido puxado pela Presidência da Mesa o que era muito triste  
1241 chegarem à aquele tipo de situação porque um dos motivos pelo qual tinha manifestado de que não  
1242 desejava permanecer no CES, e inclusive não sabia o que deveria continuar fazendo ali certas horas como  
1243 secretário, seria justamente porque vinham colaborando com um processo de fortalecimento do Controle  
1244 Social e via aquele tipo de situação que corria por fora sem conhecimento e sem aviso prévio quando  
1245 acreditava que eticamente e para ele não interessava uma comissão ética, mas eticamente o processo era  
1246 de que; ele Moysés não iria trair o espaço onde ele estava, não iria colocar os seus conselheiros num  
1247 constrangimento quando via o esforço de muitos ali para que se fizesse aquele Conselho funcionar porque  
1248 não tinha sido fácil então para ele estava uma situação muito ruim de desconforto com relação ao que  
1249 vinha acontecendo. A conselheira Célia Maria Alexandria de Oliveira informou que tinha certos pudores  
1250 em discutir certas questões, na ausência das pessoas e até por isso colocou que tinha um profundo respeito  
1251 pelo companheiro Francisco, porque era um velho companheiro de militância e tinha realmente um  
1252 trabalho muito bom ao longo do tempo, mas ultimamente tinha sentido muito a ausência do mesmo nas  
1253 reuniões do CES e algumas reuniões também da Mesa Diretora. Há o longo de todo aquele período o  
1254 Conselho pautou por uma coisa que considerava muito importante que havia sido a democracia e a  
1255 transparência e mais do que aquilo numa grande maioria das vezes todas as questões, ali quase nunca  
1256 foram colocadas até em votação o que sempre conseguiam construir ali um consenso na grande maioria  
1257 das vezes em questões até mesmo polemicas, mas o consenso sempre existiu e sempre tiveram atitudes  
1258 bastante respeitadas entre todos e uma grande liberdade de posicionamentos, então naquele pleno por  
1259 várias vezes muitas outras questões, foram colocadas e tiveram a competência de tratar de forma a  
1260 construir o consenso, então durante também o período de Mesa os seus membros sempre tiveram a

1261 capacidade de se respeitarem mutuamente e lhe causava estranheza que uma situação como aquela viesse  
1262 ali para se colocar e até mesmo no momento onde estavam dando posse a uma representação que ainda  
1263 nem fazia parte do Conselho e que esteve ausentes à todas as questões que a Rede Feminista da Bahia em  
1264 que a representante havia tomado posse, então aquela questão que havia sido pautada ali do seu ponto de  
1265 vista, de uma forma precipitada pelo companheiro Francisco e também pela companheira Ângela da  
1266 CEAPLER se tratava de mais uma questão que acreditava que mais uma vez poderiam ter discutido até  
1267 porque já estavam fazendo até a exaustão, já que a Mesa em vários momentos se pronunciou à várias  
1268 questões, o Pleno também foi chamado e as atas estavam ali que eram documentos de que aquela questão  
1269 havia sido tratada publicamente. Então realmente ficou perplexa de que não houve uma transparência e de  
1270 que havia acontecido irregularidade quando permanentemente o CES, tinha sido pautado exatamente por  
1271 aqueles princípios que eram os mesmos que deveriam nortear todo e qualquer conselho e o espaço da  
1272 cidadania e do Controle Social, e sempre tiveram por parte da Presidência do CES, porque era uma  
1273 situação que vinha sendo questionada a ausência do Presidente do CES o Doutor Jorge Solla e sempre o  
1274 Doutor Washington Couto, esteve permanentemente e sempre houve da sua parte uma maneira muito  
1275 democrática e um respeito muito grande a todos e nunca tiveram por parte do presidente do CES nenhum  
1276 tipo de cerceamento às suas manifestações o que nem sempre concordavam com algumas questões como  
1277 o presidente ou com o secretário de saúde, mas deveria ser dito por uma questão de justiça, pois nunca  
1278 Doutor Jorge Solla impediu que se manifestassem ou tivessem qualquer comportamento de hostilidade a  
1279 qualquer conselheiro ou conselheira que se posicionasse ali dentro daquele Conselho, o que a surpreendeu  
1280 mais ainda se foi levada a questão ao Ministério Público, porque acreditava que o companheiro Francisco  
1281 deveria ter mais uma vez já que não se sentia contemplado, com as decisões da Mesa e do Pleno voltasse  
1282 a discutir com todos como sempre fizeram e chegassem a um denominador comum, e respeitando  
1283 também todo o processo porque não houve nenhuma ilegalidade em relação ao processo porque a única  
1284 coisa que existiu foi a questão da data, e o tempo inteiro tiveram tratando da situação com a maior das  
1285 isenções e tiveram também o respeito antes de fazer a homologação quando uma entidade que não fazia  
1286 ainda parte do Conselho, que foi a Rede Feminista da Mulher que havia mandado a sua candidatura e  
1287 queria participar então tiveram que tratar também da entidade com o maior respeito dela de querer se  
1288 fazer representar no CES, como falou o próprio conselheiro Moysés que o CES era o espaço da cidadania,  
1289 já que estavam ali como representação da sociedade e não era território absolutamente de ninguém, e  
1290 diante de tudo propôs que o companheiro Francisco justificasse a sua conduta diante do Pleno e da Mesa  
1291 o que o levou a aquela situação, já que foi intempestivo levar para o Ministério Público e precisavam  
1292 aprender a fazer política e aquela era uma política dentro dos espaços sem envolver terceiros e acabar  
1293 com a história de judicialização e de tudo levar para promotor já que os conselheiros eram representantes  
1294 da sociedade e a Lei inclusive lhes dava toda autonomia para o papel de conselheiros e ali dentro daquele  
1295 fórum, que as questões tinham que ser resolvidas e lastimava que o Senhor Francisco estivesse tão  
1296 ausente e não estivesse ali naquele momento para lhe escutar e sinceramente queria do mesmo uma  
1297 explicação inclusive a Secretaria Executiva foi envolvida como intempestiva e não teve nenhuma culpa  
1298 na questão, porém intempestiva na sua visão foi levar o assunto para o Ministério Público. A conselheira  
1299 Maria do Carmo Brito de Moraes destacou que o espaço do CES é um espaço que deveria ser utilizado  
1300 enquanto espaço público de debate, para dirimir dúvidas suscitar soluções, que não viessem estabelecer  
1301 um vácuo nas representações e acreditava que se tratava de companheiros que tinha contribuído  
1302 muitíssimo coma evolução do CES, e estava ficando triste pela ausência e pela forma como estavam se  
1303 comportando, deixando o diálogo de lado já que o diálogo era a forma mais correta e concreta de se  
1304 exercer a cidadania, então se houveram questões lembrou-se que em uma reunião anterior havia sido  
1305 decidido tudo em uma forma de consenso e pensou que as questões estivessem sido resolvidas já que, a  
1306 mesma estava um pouco ausentada devido à muito trabalho, mas ficava preocupada porque quando as  
1307 coisas extrapolam, parecia que todos ali não estavam tendo consenso e fazendo as coisas de forma correta  
1308 e dúvida deveria ser discutida até exaustão, era aquilo que estavam precisando do exercício de cidadania  
1309 que era o espaço onde poderiam estar fazendo, exercitando e construindo de fato o que chamavam tanto  
1310 de Controle Social, como o conselheiro Moysés havia colocado que foi a questão das plenárias que foi  
1311 uma plenária belíssima que participaram “Oh meu Deus que alegria que está construindo” então que  
1312 fizessem com que aquela construção não sofresse nenhuma trincadura principalmente a partir do CES,  
1313 que era o farol para todos os Conselhos Municipais de Saúde do Estado da Bahia. A conselheira Déborah  
1314 Dourado Lopes informou que faria uma rápida avaliação até pelo fato de ter acompanhado o processo até  
1315 um determinado momento e depois por necessidade de questões particulares de saúde se afastou um  
1316 pouco. O que lhe chamava atenção primeiro acreditava que não podiam diante de uma situação  
1317 extremamente equivocada, se criasse mais equívocos ainda. Acreditava que não seria necessário a  
1318 presença e discordava da fala da conselheira Célia Alexandria mesmo concordando com muitas coisas  
1319 que a mesma colocou, mas não seria necessária a presença do conselheiro Francisco ali, já que existia  
1320 uma Mesa Executiva eleita por aquele Pleno onde todas as decisões da Mesa eram compartilhadas e

1321 colocadas em votação pelo pleno. O processo quando foi deslanchado pelo próprio Francisco que foi a  
1322 pessoa mais ansiosa para deslanchá-lo sobre a escolha dos novos conselheiros, lembrou que em outra  
1323 reunião que tiveram naquele mesmo endereço, porém em outro auditório quando o Doutor Washington  
1324 fez várias intervenções que seria melhor abrir para todos e porque só das três, porque existia um acordo  
1325 que todo o CES tinha conhecimento e decidiu-se apenas abrir a eleição apenas para aquelas três entidades,  
1326 acordada no Pleno. Abriu-se o processo e a Secretaria Executiva seguiu rigorosamente o que foi decidido,  
1327 já que a mesma não tomava decisões deliberadamente então havia uma série de equívocos e depois que  
1328 foi aberto o processo estava tudo registrado e foram várias reuniões que fizeram para decidir a coisa  
1329 chegou ao resultado que ali estava, e se teve um processo de data a própria Comissão e a Mesa Executiva,  
1330 que tinha autonomia representada consensuou e não tinha porque no momento e então concordava com  
1331 uma série de coisas que o conselheiro Moysés falava que não poderia colocar na subjetividade dos seus  
1332 interesses seja lá o que fosse, retrocedendo uma conquista que o CES vinha tendo. Ressaltou ainda que  
1333 com todas as divergências que às vezes tinham de posição dentro do CES, que era um espaço  
1334 extremamente democrático e nunca o gestor no caso o Senhor Secretário Jorge Solla impôs uma  
1335 substituição, qualquer processo de passar por cima de não ouvir seus pares, então achava tudo muito  
1336 estranho e ao mesmo tempo mais claro e tão evidente, era uma entidade CEAPLER que se reuniam  
1337 muitas pessoas da área do trabalhador, outras entidades e uma pessoa que nunca havia vindo ao CES, a  
1338 Senhora Ângela nunca havia pisado os pés ali e a conheceu no Conselho Municipal de Saúde porque  
1339 afinal de contas já havia virado uma verdadeira conhecedora de conselheiros, por todos os anos afora.  
1340 Então conheceu a Senhora Ângela lá não tinha nenhum processo dentro do CES, fez um documento “sem  
1341 pé nem cabeça” porque do ponto de vista tanto do controle quanto jurídico, era assim que ele era  
1342 classificado: “sem pé nem cabeça”, e colocava o CES em uma situação que não tinha necessidade de a  
1343 uma “altura” daquela estarem vivenciando. Acreditava que tinha maturidade junto com o simbólico de  
1344 perda de representações irregulares, conselheiros que não iria citar os nomes pela ausência que se sentiam  
1345 conselheiros definitivos que nem entidade tinha por trás para apoiar e naquele momento queria reverter o  
1346 processo. Em relação à Plenária todo o calendário foi aprovado ali a mesma teve oportunidade porque, a  
1347 Secretária Executiva havia falado que a gestão teria que ir e com todo o sacrifício a mesma foi para  
1348 Itabuna e Vitória da Conquista onde presenciou uma plenária belíssima e o que questionou na plenária  
1349 colocou na reunião da Assembléia Legislativa, “tem algo estranho aí em querer misturar e olhem que o  
1350 Multiplica SUS é uma das ações que eu mais acho interessante do ponto de vista da gestão, mas já  
1351 visualizava algo estranho naquela organização, mas colocou claro e não tive questionamento da gestão em  
1352 relação a nada” então para encaminhar o processo estava ali, eles entraram no Ministério Público, e ela  
1353 queria que a comissão montada fosse a mesma comissão eleitoral que acompanhou todo o processo, e que  
1354 fizesse um parecer e que o mesmo retornasse dali para a plenária para encaminhar ao Ministério Público e  
1355 acompanhasse tudo acabou e não iriam render o que não valia a pena render. E o que iria na verdade se  
1356 fortalecer dentro do seu trabalho e do seu processo. A conselheira Lílian comunicou que era a primeira  
1357 reunião que estava participando como conselheira, mas diante do conflito e acabou do lado que queria  
1358 falar e compartilhar sentimentos, e terminou naquele dia lendo uma poesia de Bertold Brech e informou  
1359 sobre uma outra: “Que Nada é Impossível de Mudar” apenas estava citando o nome porque a última frase  
1360 dizia: “Nada Pode Aparecer Difícil de Mudar”, e queria compartilhar apenas uma questão por ser de uma  
1361 rede que era: a Rede Feminista da Mulher e não era ligada a nenhum partido político, respeitava as  
1362 pessoas que eram ligadas aos mesmos. Destacou que a Rede Feminista de Mulheres existia já há vinte e  
1363 um anos estava no Conselho Nacional de Saúde, e deliberaram buscar aquele caminho para os Conselhos  
1364 Estaduais e para os Conselhos Municipais, porque tinham expertise na área de Saúde da Mulher e que  
1365 aquela era a praia deles e que dialogavam com outros segmentos, mas aquela era a praia deles então vinha  
1366 há algum tempo tentando ali chegarem e não sabiam os caminhos e quando o Edital abriu e tomaram  
1367 conhecimento dele, então reuniram uma quantidade grande de documentos e realizaram sendo a única  
1368 entidade que conseguiu todos os documentos e eram de uma entidade nacional o que foi difícil conseguir  
1369 todos os documentos porque estavam em um processo de mudança, mas ali estavam e entendiam que  
1370 chegaram ali legitimamente pelo processo e por terem uma história na luta da Saúde da Mulher, e o  
1371 sentimento que a estava incomodando naquele momento era porque antes de começar ficou tão agoniada  
1372 que fez alguns registros ali e viu algumas pessoas contando para que desse o quorum que em algum  
1373 momento lhe deu um aperto no coração, se de fato se daria o quorum e se perguntou porque que as  
1374 pessoas brigavam tanto para estarem no CES, se não iam ali para darem o quorum, mas acreditava que  
1375 estava ficando claro. Não sabia quantos conselheiros faltaram, não tinha idéia, mas que era fato já estava  
1376 no Ministério Público, era ruim? Sim, mais também tinha o lado bom das coisas: seria esclarecido, as  
1377 palavras eram fortes. Dizia que houve irregularidade e falta de transparência o que chocava a todos, sobre  
1378 tudo quem esteve envolvido e entendia o sentimento do conselheiro Moysés que estava representando o  
1379 de todos que ali estavam e conduziram o processo de uma forma lícita e que uma pessoa que fazia parte  
1380 do processo não concordou e participou do mesmo o tempo inteiro. Estavam à três meses contando todo o

1381 processo para chegarem ali naquele momento, então disse que estava triste com a situação e não tinham  
1382 que baixar a cabeça não, tinham que conversar com o Ministério Público e também ela já iria falar na  
1383 condição de conselheira empossada; era lamentável, mas aquilo era da democracia e se aquela foi a forma  
1384 que os companheiros que estavam ali ausentes encontraram, que fosse daquela forma e que nada  
1385 parecesse difícil de mudar. O conselheiro Washington Luís Silva Couto saudou aos alunos da Escola de  
1386 Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que estiveram desde o turno da manhã  
1387 acompanhando a reunião, o que fazia parte do processo democrático do nosso país, e acreditava que  
1388 tinham de estar sempre fazendo um processo como a querida companheira Maria do Carmo colocou que  
1389 seria um processo de diálogo e era parte do processo. Ficavam tristes muitas vezes por falta de  
1390 compreensão de que aquilo era necessário de que poderiam resolver ali dentro mesmo, mas concordava  
1391 também com a conselheira Lílian que a mesma estava correta de que teriam que ir até o final, inclusive  
1392 com a comissão que iria procurar o Ministério Público e levarem as explicações porque tudo foi muito  
1393 claro para todos, pena que alguns não compreenderam e tinha algumas perguntas como, por exemplo:  
1394 teve algum recurso o pessoal que formou uma comissão, teve algum recurso? Alguém encaminhou algum  
1395 recurso do processo? Nenhuma instituição encaminhou recurso nenhum, ou seja, a conselheira Célia  
1396 também estava correta se perdeu o prazo cinco dias, por exemplo, a conselheira Lílian ficou sabendo foi  
1397 amplamente divulgado teve um prazo que considerava não só razoável, mas achava acima do normal em  
1398 termo de prazo para se inscrever, correr atrás de documentação, foi feito e, além disso, as instituições que  
1399 já estavam ali os conselheiros que representavam e lembrou que a Secretaria Executiva ainda lembrou,  
1400 ligou para as instituições falou do prazo e de que não tinham entregado nenhum tipo de documento, então  
1401 entendiam realmente que foi feito todo o processo de forma bastante transparente, legítima e acima de  
1402 tudo respeitosa respeitou a todos os conselheiros envolvidos deu a todos os conselheiros principalmente  
1403 aqueles que estavam no processo de serem reconduzidos todo o espaço necessário para que assim o  
1404 fizesse e então não cabia, mas entendia que tinham que passar por aquilo e era necessário e no processo  
1405 de crescimento eles que ajudaram inclusive o processo no município de Itabuna, onde foi lá para resolver  
1406 aquela *pendenga* do Conselho Municipal de Itabuna e passava pela nossa também. Era necessário que  
1407 aquilo ocorresse também, mas tinham que ter mais cuidado ainda nos estabelecimentos das regras, mas  
1408 entendia também que não poderiam ficar ali engessados achando a regra da regra e criando barreiras para  
1409 que o processo de participação do cidadão não viesse a ser prejudicado por uma norma, um Conselho que  
1410 era altamente vinculado às suas normas e esquecia o que era essencial a qualquer conselho; garantir que  
1411 todos que o coletivo nosso caso, saúde nos parâmetros do SUS, mas acima de tudo com a qualidade e com  
1412 o respeito, então às vezes se perdia um tempo danando de novo fazendo discussões, sobre regras, normas,  
1413 sobre o processo que seria judicializado e perdiam o tempo de estarem ali discutindo o que mais  
1414 interessava e para aquilo que a população através das nossas instituições os escolheram para estarem ali  
1415 os representando. Concordou com o que o conselheiro Moysés colocou que a mesma comissão e inclusive  
1416 no final falassem os nomes de todos os membros da Comissão, e que gostaria de saber novamente sobre  
1417 os membros da Comissão. Perguntou se já havia chegado além daquela notificação que estivesse falando  
1418 do processo que foi distribuído se já tinha chegado a Secretaria Executiva alguma solicitação ou  
1419 convocação alguma coisa, entendia inclusive que se fosse necessário uma avaliação mas pedia que a  
1420 comissão avaliasse e tomasse a iniciativa e talvez nem fosse necessário procurar a promotora que foi  
1421 designada para o caso, mas o próprio Doutor Rogério Queiroz que não estava ali naquele dia, mas que  
1422 fazia parte de todas as reuniões do CES, e acreditava que a própria comissão poderia solicitar uma  
1423 audiência com o Doutor Rogério para viabilizar e para ser pro ativo e mostrar mais uma vez, que o CES  
1424 não tinha nada a esconder e sabia muito bem como lidar com aquelas questões, e tinha maturidade  
1425 suficiente para *tirar aquilo de letra* e concordava plenamente com a conselheira Lílian, que não teriam se  
1426 abater e muito pelo contrário era algo que vinha os fortalecer e também teriam que ter um conversa com  
1427 as pessoas que estavam envolvidas já que ali na frente viam a presidente de uma das suas cadeiras uma  
1428 das nossas instituições, mas na verdade os próprios conselheiros que faziam parte da instituição e outros  
1429 deveriam estar ali também conversando para que pudessem chegar a um bom termo enfim. O Senhor  
1430 Presidente cumprimentou a todos e salientou que infelizmente mais uma medida no sentido de levar  
1431 questões que deveriam ser tratadas internamente no CES, com esfera que não deveria ser convocada a  
1432 fazer aquele debate, mas concordava com o que proposto e que a melhor forma seria o diálogo, chamar o  
1433 Vice-Presidente Francisco, tratar do assunto com ele e se o mesmo aceitasse e a entidade que o mesmo  
1434 representa retirar do Ministério Público ótimo seria ideal, se não viesse a concordar procurariam a titular  
1435 que foi indicada que no caso seria a Doutora Cláudia Elpídio, passar para a mesma todo o processo e  
1436 obviamente que não existia nada de chegar perto de quaisquer termos de irregularidade ou falta de  
1437 transparência, pois não tinha nenhum cabimento uma acusação daquele tipo, mas seria dois passos  
1438 sucessivos, primeiro tentar conversar com o Senhor Francisco e evitar que desse seguimento no  
1439 Ministério Público, caso contrário abordar diretamente e antecipadamente antes que a promotora  
1440 procurasse intimar o CES a se manifestar então poderiam encaminhar aquele debate. Aproveitando o que

1441 seria importante comentar com todos que tinham conselheiros e suplentes justamente para evitar que, no  
1442 impedimento do conselheiro que o espaço ficasse vazio e infelizmente a sua agenda era extremamente  
1443 atropelada e felizmente tinha um suplente como Washington que tomava conta, estava sempre presente e  
1444 sempre tentando resolver e tinha uma habilidade política grande em todos os processos de organização e  
1445 negociação, então registrou inclusive já tinha chegado para ele a queixa que não tinha participado da  
1446 Mesa Diretora, mas tinha sido representado pelo seu suplente, e infelizmente se não dava para ser clonado  
1447 pelo menos ter suplente era um direito que teriam de lançar mão. Em seguida O Senhor Presidente  
1448 colocou em votação se alguém concordava com o assunto ali colocado que na verdade era a soma de  
1449 várias contribuições que foram dadas ali, que seria basicamente procurar o conselheiro Francisco, *tirar*  
1450 uma comissão que o procurasse e tentasse negociar a denúncia no Ministério Público, caso contrário,  
1451 aquela mesma comissão ficaria encarregada de ir ao Ministério Público e já prestar esclarecimentos. A  
1452 Comissão que acompanhou todo o processo eleitoral seria a mesma que iria tentar convencê-lo. A  
1453 Senhora Elisabete Lima de Moraes – Secretária Executiva do CES, informou que a Comissão era  
1454 composta pelos conselheiros: Ricardo, Eliane, Leonídia, Isadora e mais a Mesa Diretora. O Senhor  
1455 Presidente convocou para que tomasse posse o Senhor Ferdinando Caprini suplente do representante do  
1456 Fórum de Combate à Violência e passou para “O Que Ocorrer”. O conselheiro Jair Alves dos Santos  
1457 convidou a todos os presentes que no dia 06 de dezembro estavam realizando uma Audiência Pública na  
1458 Assembléia Legislativa da Bahia, e o MOHAN estava convidando todos os conselheiros onde iriam falar  
1459 de um assunto muito importante sobre os filhos separados, aqueles que passaram por situações difíceis, os  
1460 pais foram indenizados sobre a hanseníase e estavam lutando para que esses fossem indenizados também.  
1461 Estavam convidando em primeira mão o Doutor Jorge Solla na posição de Secretário de Saúde do Estado  
1462 da Bahia e como Presidente do CES e todos os conselheiros presentes que pudessem participar daquela  
1463 mobilização que aquela era uma mobilização nacional onde o Brasil todo estava se mobilizando, a  
1464 Presidente Dilma já tinha dado o aval e precisariam apenas encaminhar através da regulamentação, para a  
1465 Câmara de Vereadores e o Senado para que fosse votada. Destacou que a luta que vinham fazendo para  
1466 que os filhos fossem reconhecidos era muito grande. Foi realizada em todo o Brasil, Brasília e São Paulo  
1467 receberam um grande número de pessoas e tinham praticamente setenta mil filhos separados e tinha  
1468 certeza que na audiência todos iriam conhecer porque lá estariam presentes o Ministério Público,  
1469 Secretaria de Justiça e Direitos Humanos e outras autoridades como: deputados e até mesmo o  
1470 representante do governo. A conselheira Maria do Carmo Brito de Moraes comunicou que primeiro  
1471 gostaria de manifestar a sua alegria com a presença das alunas da Escola de Enfermagem da UFBA,  
1472 principalmente as meninas que faziam parte do PET e que trabalhavam juntas na Comunidade da Mata  
1473 Escura, que tinha um grupo que a cada quinze dias iam para o bairro e trabalhavam com grupos de  
1474 crianças e jovens e tinham também um grupo de mulheres também trabalhavam. Informou também que a  
1475 Associação de Pais e Amigo dos Excepcionais (APAE), a partir do dia 1º de janeiro estaria com uma nova  
1476 diretoria, naquele dia aconteceu a eleição havia e tudo que ele tinha colocado com relação à APAE, para  
1477 que caminhassem de uma forma diferente e agradeceu bastante o aprendizado que conseguiu naqueles  
1478 espaços, e propôs fazer a capacitação da nova diretoria e estavam muito felizes e agradecidos a todos pela  
1479 contribuição que tinham lhes dado. O conselheiro Moysés Longuinho Toniolo de Souza solicitou ao  
1480 Senhor Presidente uma definição sobre como estava a situação envolvendo a Empresa Plena que  
1481 terceirizava a mão de obra para diversas unidades de serviços da SESAB, já que soube que estava  
1482 afetando as condições de trabalho de alguns funcionários que eram em torno de três mil funcionários que  
1483 a empresa terceirizava, porque já estavam começando a surgir dúvidas com relação à questão dos  
1484 pagamentos de rescisão de contrato, pagamentos de salários que já tinham alguns em atraso e outros  
1485 direitos trabalhistas. E naquele dia, para a sua surpresa perguntou para Elisabete e soube que até na  
1486 Secretaria Executiva tinha também pessoas que eram contratadas, o que ele acreditava que não tinham  
1487 nenhum envolvimento com a empresa, no entanto tinham sim. Então para que não tivessem problemas  
1488 não só para a Assessoria, do Próprio CES/BA, precisavam de algum tipo de posicionamento de como  
1489 estava a regularização da situação das pessoas que eram terceirizadas pela Plena. Outro ponto foi como  
1490 todos naquele CES já haviam procedido a eleição, reconduziram conselheiros e deram posse na totalidade  
1491 do Conselho renovado para o biênio 2013/2015, gostaria que os conselheiros a partir daquele momento  
1492 até janeiro e comessem a pensar sobre os próximos passos que precisavam tomar dali em diante,  
1493 primeiro que teriam de reavaliar as composições das comissões fixas que eram sempre as mesmas três,  
1494 mais os GT’s que algumas pessoas saíram e foram substituídas para que tivessem efetividade. Em  
1495 segundo lugar precisavam começar a discutir o processo eleitoral da Coordenação Executiva e estando  
1496 eleito o Conselho para o próximo biênio a discussão já deveria ser trazida à tona porque por mais que a  
1497 atual Mesa Diretora, tivesse sido eleita e o prazo seria maio de 2014, poderia no momento com o  
1498 Conselho já totalmente eleito conduzir novamente a discussão sobre a eleição para a composição da Mesa  
1499 Diretora. Quanto à questão da Comissão do GT para o Regimento Interno do CES, que precisavam  
1500 avaliar uma série de situações inclusive havia sido falado sobre as pessoas que faltavam e tinham a

1501 necessidade de quorum dentro do Conselho. A Secretária Executiva tinha conhecimento sobre as diversas  
1502 vezes que ele na condição de secretário tinha pedido uma avaliação da presença de todos os conselheiros,  
1503 o que havia sido mandado inclusive para os e-mails de todos, tinham tentado um processo exaustivo de  
1504 chamada dos conselheiros e aquela pergunta que havia sido feita da conselheira Lílian, para que se  
1505 inscreviam para participar do Conselho se não iam participar? Era uma questão filosófica já da Mesa  
1506 Diretora, porque tinha as avaliações e tinham instituições que a pessoa que representava determinada  
1507 entidade não poderia mais ficar representando a sua entidade no Conselho porque tinha ultrapassado o  
1508 limite não de três faltas no CES, mas eram seis e tinha pessoas que deixaram de participar o ano passado  
1509 inteiro. A situação não era mais de um problema de agenda, era um desrespeito à participação social  
1510 dentro CES, no seu ponto de vista extrapolava, porque uma entidade que colocava titular e suplente e que  
1511 nenhuma das duas representações se apresentavam, era um desrespeito ao CES, e só quem poderia propor  
1512 modificações no Regimento e que resolvessem aquilo eram eles e seria através do GT, então precisavam  
1513 resolver. A Senhora Elisabete Lima de Moraes – Secretária Executiva do CES esclareceu para todos que já  
1514 haviam enviado ofícios há mais de três meses para os faltosos, e os mesmos não responderam nada  
1515 inclusive tinham uma Senhora chamada Dona Josefa, que compareceu apenas uma vez, representante da  
1516 CTB e era suplente e havia casos de pessoas que tinha até dez, doze faltas e até um ano sem comparecer,  
1517 foram enviados ofícios e a entidade não respondeu então teria que ser feita uma revisão na composição do  
1518 CES mesmo. O conselheiro Moysés Longuinho Toniolo de Souza salientou que a situação ficaria para  
1519 todos os conselheiros avaliarem. O conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio perguntou se o fato da  
1520 recondução ou da eleição não dava a idéia que se zerava o número de faltas anteriores e seria um novo  
1521 mandato? Essa era a sua dúvida. conselheiro Moysés Longuinho Toniolo de Souza respondeu que a partir  
1522 daquele momento da reunião todos que tomaram posse naquele dia, ou foram reconduzidos já passavam a  
1523 sofrer as responsabilidades do Regimento Interno, mas antes de chegaram à data daquele dia, há mais de  
1524 um ano vinham alertando as entidades e aos representantes do problema de faltas e de participação e se  
1525 usassem o Regimento só poderiam excluir a pessoa representante porque era preciso substituir, houveram  
1526 entidades que ficaram quase um ano sem participar e reconduziram as mesmas pessoas que eram faltosas.  
1527 Era um pouco difícil para o CES entender a lógica de que “não tem tu vai tu mesmo” então eram coisas  
1528 que precisavam resolver no Regimento que se a entidade tinha titular e suplente e nenhum participava  
1529 então teriam que mudar não a representação, mas a entidade dentro do CES. Comunicou que naquela  
1530 data, estava cedendo a título de doação para o CES, uma copiadora multifuncional da HP Modelo 1315,  
1531 que possuía scanner porque o CES só tinha impressoras que não eram scanner e observavam uma certa  
1532 dificuldade de que alguns documentos que recebiam como ofícios que constavam assinaturas como  
1533 exemplo os documentos que chegaram do Ministério Público Estadual que fosse scaneado e mandado por  
1534 e-mail para todos os conselheiros e era uma dificuldade para a Secretaria Executiva, já havia falado com a  
1535 Senhora Elisabete há algum tempo, a sua instituição se encontrava sem sede desde de junho quando  
1536 perderam a sede física da sua instituição e por mais que a Igreja de São Francisco estivesse acolhendo em  
1537 um depósito todos os seus materiais e dos diversos equipamentos que tinham, aquele equipamento já foi  
1538 feito uma limpeza estava como tonner novinho, estava funcional, mas ele não sabia lhe dar pois tinha  
1539 problema com tecnologia e preferia ceder para quem precisava porque não tinham então iria ajudar o  
1540 Conselho. Destacou ainda uma apresentação com as fotos sobre o dia do abraço para que ficasse  
1541 registrado o que todos da Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS fizeram, para de certa  
1542 forma comemorem o dia do Funcionário Público, 28 de outubro no CREASI. Salientou que foi a forma  
1543 que conseguiram de exprimir a gratidão por quem estava sempre lá e deixar sempre claro que era preciso  
1544 certas horas mudar algumas relações de diálogos saindo somente do discurso e partindo para que  
1545 pudessem fazer as coisas de uma forma que os sentimentos fossem exprimidos como fizeram. Informou  
1546 que não poderiam deixar as fotos porque envolviam outras pessoas vivendo e por isso iriam precisar  
1547 apagar, mas quem tivesse interesse em conhecer o grupo: todas as terças-feiras estariam fazendo aulas de  
1548 dança no CEDAP. O Senhor Presidente com relação à Empresa Plena de vez em quando tinham alguns  
1549 problemas com algumas empresas contratadas pelo estado, especialmente no caso de empresas que  
1550 contratavam pessoas para a área administrativa, suporte e várias ações e às vezes também tinha problemas  
1551 com as empresas que contratava profissionais da área de vigilância, então a Plena estava sendo substituída  
1552 e já que a preocupação do conselheiro Moysés era extremamente pertinente, estavam fazendo a  
1553 negociação das rescisões e do pagamento das dívidas para com os trabalhadores, diretamente na Justiça  
1554 do Trabalho e que inclusive, naquele mesmo dia à tarde estaria havendo mais uma audiência e estavam  
1555 trabalhando na expectativa de resolver sem o menor prejuízo possível, no entanto, prejuízo sempre tinha  
1556 porque atrasava salário prejudicava as pessoas, mas minimizando o prejuízo com a substituição da  
1557 empresa e o pagamento dos direitos rescisórios. Informou ainda que na terça-feira dia 19 de novembro às  
1558 08:30h, estariam inaugurando o Serviço de Oncologia Infante-Juvenil do Hospital Estadual da Criança,  
1559 em Feira de Santana que seria o segundo serviço no interior do estado voltado para oncologia infantil já  
1560 tinha o de Itabuna na Santa Casa, que recentemente haviam assinado o convênio com o Grupo de Apoio à

1561 Criança com Câncer para ajudar com equipamentos na ampliação da assistência no suporte às crianças  
1562 que eram atendidas lá em Itabuna e no Hospital da Criança (HEC) que seria inaugurado na terça-feira e  
1563 dia 21 de novembro seria a inauguração do Serviço de hemodiálise do município de Itaberaba, a Chapada  
1564 Diamantina, o miolo inteiro do estado não tinha nenhum serviço de hemodiálise, os pacientes se  
1565 deslocavam três vezes por semana muitas vezes *cento e tantos* quilômetros para ir e voltar, então o  
1566 serviço estrategicamente seria muito importante porque iria suprir uma lacuna e já tinham conseguido  
1567 inaugurar serviços de hemodiálise em várias regiões, mas o centro do estado estava descoberto, e seria  
1568 importante. Informou também aos conselheiros que teriam até o final do mês mais três etapas do  
1569 Programa Saúde em Movimento, já estavam terminando em Porto Seguro, iriam começar no dia 20 em  
1570 Itaberaba, dia 24 em Santo Antônio de Jesus e dia 25 em Salvador, então teriam praticamente três etapas  
1571 em paralelo e pela primeira vez estariam fazendo em Salvador, onde começaria no dia 25 de novembro e  
1572 iria até o dia 04 de dezembro no Bairro de Dendezeiros na área da Polícia Militar que tinha uma área  
1573 muito boa. Solicitou à Secretária Executiva que enviasse por e-mail mais detalhadamente a programação  
1574 do Programa Saúde em Movimento, todas as etapas. Lembrou também que o município estava  
1575 trabalhando para que acontecesse no dia 26 de novembro a abertura da Conferência Municipal de Saúde  
1576 de Salvador e por fim no dia 28 de novembro, estariam dando um passo importante que seria a  
1577 inauguração da ampliação da fábrica da ITF, no Pólo de Camaçari e inclusive o Ministro da Saúde  
1578 Alexandre Padilha iriam participar da inauguração da ITF que era uma Indústria química que já estava  
1579 instalada no pólo e iria aumentar em dez vezes a capacidade de produção, somente para atender com a  
1580 matéria prima que precisavam para a Bahiafarma produzir o seu primeiro medicamento que seria o  
1581 Sevelamer, um medicamento usado para o ciclo do fósforo em pacientes com insuficiência renal, então a  
1582 IFA (Insumo Farmacêutico) a matéria prima iria sair do ITF em Camaçari para a fábrica da Bahiafarma,  
1583 onde já estava bastante avançados a montagem da primeira parte da linha de produção que era a área de  
1584 embalagem, que ia do final para o início. Então de um lado o ITD iria começar a produção, com a matéria  
1585 prima e do outro lado a Bahiafarma iria do final para o início com a parte da embalagem. Informou aos  
1586 conselheiros também que na primeira semana de dezembro estariam recebendo mais trezentos e cinquenta  
1587 médicos cubanos que viriam trabalhar na Bahia, onde atuariam em duzentos e trinta e sete municípios e  
1588 no dia anterior fizeram uma visita com o Ministro da Saúde de Cuba que havia passado o dia na Bahia,  
1589 com a Vice-Ministra e mais três representantes do governo cubano, que vieram visitar algumas unidades  
1590 nos municípios de Ajustina e Sítio do Quinto, e realmente dava uma sensação de dever cumprido muito  
1591 grande em ver o que estavam vendo lá, foram a quatro Unidades de Saúde da Família onde três na zona  
1592 rural, uma das áreas mais secas do nosso semi-árido onde tinha população com o difícil acesso, e  
1593 chegaram lá e conseguiram constatar a importância do programa, garantido Unidade de Saúde da Família  
1594 onde todas que visitaram foram construídas com recursos de convênios do estado, equipadas e já estavam  
1595 sem médicos há um ano, dois anos e os relatos dos pacientes, outros profissionais das equipes realmente  
1596 foi uma situação que os deixaram muito satisfeitos com a importância do trabalho e se somassem o  
1597 Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (PROVAB) com o Mais Médicos, já eram  
1598 mais de oitocentos médicos trabalhando, inclusive no município de Salvador tinham cento e duas equipes  
1599 trabalhando sem médicos e no momento só tinham nove, então pela primeira vez Salvador iria fechar o  
1600 ano com todas as equipes de Saúde da Família com médicos atuando, completas com o próximo grupo  
1601 que estaria chegando na primeira semana do mês de dezembro.

1602  
1603  
1604  
1605

#### 1606 SÍNTESE DA ATA

#### 1607 DELIBERAÇÕES/SOLICITAÇÕES

1608  
1609  
1610  
1611

O Senhor Secretário Geral colocou a ata da 202ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde em discussão e votação que foi aprovada à unanimidade.

1612  
1613  
1614  
1615  
1616  
1617

O Senhor Presidente colocou em votação se alguém concordava com o assunto ali colocado que na verdade era a soma de várias contribuições que foram dadas ali, que seria basicamente procurar o conselheiro Francisco, *tirar* uma comissão que o procurasse e tentasse negociar a denúncia no Ministério Público, caso contrário, aquela mesma comissão ficaria encarregada de ir ao Ministério Público e já prestar esclarecimentos. A Comissão que acompanhou todo o processo eleitoral seria a mesma.

1618  
1619  
1620

O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a sessão e agendando a próxima reunião para o dia 19 de novembro de 2013, quinta-feira, às 09 horas. Não havendo mais o que tratar, eu Elisabete Lima de Moraes – Coordenadora do Conselho de Saúde, lavei a presente ata, que será

- 1621 assinada pelo Senhor Presidente do CES e pelos senhores conselheiros, após lida e aprovada.  
1622 Salvador, 14 de novembro de 2013.
- 1623 Jorge José Santos Pereira Solla - Presidente do CES \_\_\_\_\_
- 1624 Elisabete Lima de Moraes – Secretária Executiva do CES \_\_\_\_\_
- 1625 Augusto Di Tullio Santos Reis \_\_\_\_\_
- 1626 Beatrix Kunz \_\_\_\_\_
- 1627 Déborah Dourado Lopes \_\_\_\_\_
- 1628 Doraídes Alves Nunes Almeida \_\_\_\_\_
- 1629 Isadora Oliveira Maia \_\_\_\_\_
- 1630 José Pondé Júnior \_\_\_\_\_
- 1631 José Silvino Gonçalves dos Santos \_\_\_\_\_
- 1632 Lílian Fátima Barbosa Marinho \_\_\_\_\_
- 1633 Luis Delfino Mota Lopes \_\_\_\_\_
- 1634 Marcos Antônio Almeida Sampaio \_\_\_\_\_
- 1635 Maria Luíza Costa Câmara \_\_\_\_\_
- 1636 Moysés Longuinho Toniolo de Souza (Secretário Geral) \_\_\_\_\_
- 1637 André Fernando Wermann \_\_\_\_\_
- 1638 Carlos Alberto Seixas Rio \_\_\_\_\_
- 1639 Célia Maria Alexandria de Oliveira \_\_\_\_\_
- 1640 Ferdinando Caprini \_\_\_\_\_
- 1641 Jair Alves dos Santos \_\_\_\_\_
- 1642 Jorge Geraldo de Jesus Rosário \_\_\_\_\_
- 1643 Josuéilton de Jesus Santos \_\_\_\_\_
- 1644 Juliane Passos Avena \_\_\_\_\_
- 1645 Maria Cristina de Camargo Fonseca \_\_\_\_\_
- 1646 Maria do Carmo Brito de Moraes \_\_\_\_\_
- 1647 Maria Helena Ramos Belos \_\_\_\_\_
- 1648 Washington Luis Silva Couto \_\_\_\_\_
- 1649